



na rota da esperança

ORGANIZAÇÃO: CREMILDA MEDINA

COLEÇÃO

Foro Permanente
de Reflexão sobre
a América Latina



Aids

na rota da esperança

ORGANIZAÇÃO: CREMILDA MEDINA



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Governador **Geraldo Alckmin**
Secretário da Cultura **Andrea Matarazzo**



FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA

Diretor Presidente **Antonio Carlos Pannunzio**
Diretor do Centro Brasileiro de
Estudos da América Latina **Adolpho José Melfi**
Diretor de Atividades Culturais **Fernando Calvozo**
Diretor Administrativo e Financeiro
(em exercício) **Angelo de Jesus Ferreira Lopes**
Chefe de Gabinete da Presidência **Irineu Ferraz Carvalho**

DEPARTAMENTO DE PUBLICAÇÕES
Gerente/Editora Executiva

Leonor Amarante

CONSELHO CURADOR

Presidente **Almino Monteiro Álvares Affonso**
Secretário da Cultura **Andrea Matarazzo**
Secretário de Desenvolvimento
Econômico, Ciência e Tecnologia **Paulo Alexandre Barbosa**
Reitor da USP **João Grandino Rodas**
Reitor da Unicamp **Fernando Ferreira Costa**
Reitor da Unesp **Julio Cezar Durigan**
Presidente da Fapesp **Celso Lafer**
Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares **José Vicente**
Presidente do CIEE **Rui Altenfelder Silva**



na rota da esperança

ORGANIZAÇÃO: CREMILDA MEDINA

Copyright© 2011 dos autores
Todos os direitos reservados

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AIDS, na rota da esperança / Sônia Geraldês ...
[et. al.]; organização de Cremilda Medina. – São
Paulo : Fundação Memorial da América Latina,
2011.
108 p.

ISBN 978-85-85373-99-3

1. AIDS – Políticas Públicas. 2. AIDS – Saúde.
3. AIDS – Comunicação I. Geraldês, Sônia. II.
Carvalho, José da Rocha. III. Carlos, Candano.
IV. Capoano, Edson. V. Medina, Sinval. VI. Medina,
Cremilda, org.

CDD – 614.57

Ficha Catalográfica elaborada por Rejane do Desterro de Moura
Alves CRB/8-6169, Bibliotecária da Biblioteca Latino-Americana
Victor Civita.

Fundação Memorial da América Latina

Av. Auro Soares de Moura Andrade, 664
Barra Funda
01156-001
Tel.: (011) 3823 4600
Fax: (011) 3823 4611
www.memorial.sp.gov.br

Sumário

Aids - na rota da esperança

Apresentação

Adolpho José Melfi.....09

1.Introdução

Cremilda Medina.....11

2.Mulheres e Aids: libelo da complexidade

Sonia Maria Geraldês.....15

3.O doce Rezende, diário de campo

Sonia Maria Geraldês.....35

4.Bemmalmequer: profissionais 1.0 vs. comunicação 3.0

José da Rocha Carvalho.....39

5.Redes de solidariedade digitais e responsabilidade jornalística

Carlos Sandano.....53

6.Uma nova cura pela palavra

Edson Capoano.....71

7.Nada supera o abraço dos afetos

Cremilda Medina.....81

Apresentação

Décadas depois da descoberta do vírus HIV, o assunto ainda suscita um amplo debate em diversos aspectos. Assim, sob o signo da interdisciplinaridade que rege o Foro Permanente de Reflexão sobre a América Latina, profissionais renomados das áreas de saúde e comunicação reuniram-se em meados de 2010 para levantar novas perspectivas desse velho problema, discussão que é agora publicada com a finalidade de se expandir para além dos limites do evento.

Da médica e pesquisadora Sonia Maria Geraldês, autora de dois artigos deste livro, emana o espírito mediador do Foro, que busca dosar o conhecimento científico/acadêmico e o saber humanitário na medida certa, um intercâmbio que se mostra essencial quando tratamos de um tema tão grave quanto a Aids. Ela partilha sua experiência ao trazer, por meio de depoimentos, o drama de suas pacientes por detrás da pesquisa intensa que realizou sobre a vulnerabilidade feminina à infecção pelo vírus. Análises sobre estratégias diversas de campanha e políticas públicas, sobre os grupos de risco, sobre o papel da Comunicação Social (alavancada pelas novas vias tecnológicas), tomam seus devidos lugares nesse diálogo permeado por múltiplas vertentes, da filosófica à linguística, área na qual reside a crítica central de Cremilda Medina, organizadora desta edição.

Adolpho José Melfi
Diretor do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina

Introdução

Cremilda Medina*

Quando a médica Sonia Geraldles me procurou, nos anos 1990, para orientar seu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam) da Universidade de São Paulo, fiquei intrigada e insegura. Com muita firmeza, a candidata, que passara no exame prévio de seleção, defendeu o projeto de dissertação – um estudo comparativo entre Brasil e México, a respeito das campanhas preventivas de Aids, com o foco de gênero, a vulnerabilidade feminina – e, para ela, o *locus* de análise da linguagem, a comunicação social.

Tão logo aceitei o desafio, solicitei a Sonia, que trabalhava como infectologista no Hospital das Clínicas da Medicina e na Casa da Aids em São Paulo, uma reunião com os infectologistas da USP para garantir uma coorientação especializada. Acertamos o encontro que, à partida, denotava um certo estranhamento dos especialistas, mas com o correr da sempre firme participação de

Sonia Geraldles, terminaram por admitir o deslocamento de sua ex-pupila para o campo da linguagem na comunicação. A rigor não aconteceu a coorientação, mas a mestranda demonstrou seus propósitos, ao se libertar das amarras tradicionais da formação em medicina e avançar com rigor racional, sensibilidade ética e criatividade estética no diagnóstico dos equívocos médicos, culturais e comunicacionais na prevenção da Aids.

Passados doze anos da defesa deste trabalho científico, não foi difícil incluir o tema nos seminários do Foro Permanente de Reflexão sobre a América Latina, a 30 de agosto de 2010, no Memorial da América Latina. O mestrado cumprido em 1998 provocou um debate que, apesar da necessária atualização de dados empíricos, certos êxitos no trato da doença e aceleração das redes de informação na internet, continua em aberto, ao se considerarem as hipóteses que Sonia Geraldles levantou. Neste registro do segundo programa do Foro em 2010 (o primeiro, já editado, abordou as políticas de microcrédito), reafirma-se a interdisciplinaridade do Prolam da USP, bem como o desbravamento de questões tão contundentes nas sociedades contemporâneas na América Latina.

José da Rocha Carvalheiro, especialista em saúde coletiva, participou da banca de mestrado e veio ao seminário do Memorial da América Latina em 2010, para comentar o tema. Na visão atualizada que colhe em participações nos seminários internacionais, enfatizou os avanços médicos, sem, no entanto, afirmar, perante as estatísticas contemporâneas, que a ciência tenha vencido a doença ou que as campanhas preventivas tenham atingido plenamente as metas universais. Carvalheiro reconhece que o trabalho de Sonia Geraldles nos anos 1990, ao se concentrar na vulnerabilidade da mulher, apontou para um quadro que só se agravaria no século XXI. Mas com relação às tecnologias da telemática, as atuais redes, seja no âmbito científico ou na comunicação social, o especialista aposta em ganhos expressivos na veloz circulação de informações.

Estudiosos do universo da internet como Carlos Sandano, trazem a este volume uma síntese das possibilidades interativas da cidadania. No que tange à Aids, os esforços de prevenção ou os recursos de tratamento para minorar as consequências trágicas da doença, o

foco mais candente das políticas públicas, dos grupos organizados e dos especialistas, sem dúvida, está voltado para a África. No entanto, a região latino-americana persiste no mapa das preocupações de saúde coletiva. Em novembro de 2010, lançava-se um alerta para dois extremos de vulnerabilidade: adolescentes e idosos. Sem contar que o gênero feminino se apresenta num vetor crescente de contaminação, se comparado aos antigos “grupos de risco” – homossexuais, profissionais de sexo, usuários de drogas injetáveis e homofílicos.

Será então a internet uma porta aberta para a prevenção efetiva? Pesquisadores da comunicação social não assumem integralmente a euforia das tecnologias para atingir o grau satisfatório da interação humana. O que Sonia Geraldles indicava no fim do século passado como obstáculos da medicina, da cultura e da informação jornalística, persiste nas redes, por mais que os conteúdos se distribuam aceleradamente nas infovias. Tanto a infectologista quanto os dois textos que encerram a presente publicação, retomam a pesquisa empírica da médica voltada para a experiência direta com pacientes ou com grupos de apoio. Edson Capoano valoriza a solidariedade em rede tanto quanto Carvalheiro e Sandano, mas sublinha o contato humano na dialogia. O que, em minha pesquisa, nomeio como o signo da relação, uma relação viva, grupalizada socioculturalmente, em que surge a possibilidade de virem à tona experiências que não fazem parte da argumentação preventiva, e sim dos mistérios incontroláveis do desejo.

* **Cremilda Medina**, jornalista, pesquisadora e professora titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, também leciona e orienta mestres e doutores no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam) da mesma universidade. Autora de treze livros, o mais recente, *Ciência e Jornalismo, da herança positivista ao diálogo dos afetos* (Summus Editorial, 2008), já organizou 46 coletâneas. Em 2010, passou a coordenar os seminários do Foro Permanente de Reflexão da Fundação Memorial da América Latina, cujos registros em livro estão publicados na Série Pesquisa. *Aids na rota da esperança* é o segundo título desta coleção.

Mulheres e Aids: o libelo da complexidade

Sonia Maria Geraldês*

Sou médica há vinte anos. Pouco, muito? Em alguns momentos, parece que fui ludibriada pelo calendário, pois a aventura apenas começou. A emoção de encontrar o Outro, de ser cuidadora, de compartilhar esperanças, o medo diante de diagnósticos ambíguos e fluidos, a alegria por derrotar a dor ainda me tomam. Mas sinto todo o peso do mundo diante das incertezas. Para os médicos, não saber faz mal. Foi por isso que retornei à Universidade em 1998, para tentar compreender a vulnerabilidade feminina à infecção pelo HIV, no Brasil e no México, acompanhando o registro das primeiras campanhas, em 1987, até 1996, momento em que os dois países se esforçaram para reformular suas estratégias de prevenção. Enfim, fui estudar para conviver com a incerteza e o risco.

Formada em uma medicina positivista e cartesiana, descobri, desde o início da minha prática profissional, a necessidade de me abrir às dimensões afetivo-sentimentais dos pacientes, bem como aos aspectos culturais das doenças. Devo isso à Infectologia, e em especial ao meu convívio com doentes de Aids. Na literatura médica, no entanto, a perspectiva culturalista está longe de ser alcançada. Por isso, mesmo me sentindo insegura e desajeitada, busquei a Universidade de São Paulo com a necessidade de respostas.

No Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam) encontrei um fértil espaço para o exercício da perplexidade. Estudar o México, nosso triste companheiro na ascensão da contaminação feminina, foi descobrir o mesmo no outro e o outro em si.

Ter de fazer e saber como fazer pertencem a duas instâncias diferentes, que não podem ser confundidas. Sabia que a leitura racionalista da síndrome seria uma tentativa recorrente, mas queria ultrapassá-la: compreender amor e morte, confiança e risco, prazer e medo. Ao mesmo tempo, sentindo o avanço contínuo da Aids entre as mulheres, buscava oferecer pistas para os pesquisadores que viessem depois. Comecei a desconfiar das respostas, e minha dissertação de mestrado foi pontuada por perguntas e pelo conflito entre real e imaginário, racional e não racional, o já dito e o mal-dito.

Diante do aumento do número de casos na população feminina, houve a busca para compreender a vulnerabilidade à Aids desta população nos dois países. Três perguntas-síntese orientaram a pesquisa:

- Quais aspectos culturais tornam a população feminina vulnerável à Aids, no Brasil e no México?
- Quais os limites dos discursos médico, jornalístico e das campanhas de prevenção diante dessa vulnerabilidade?
- Como melhorar a informação sobre a Aids e auxiliar na mudança de comportamento da população, diminuindo o contágio?

O primeiro referencial teórico adotado foi Hannah Arendt, por sua contribuição à discussão da condição humana. A filósofa alemã viveu o nazismo na pele, enquanto intelectual, esposa de militante comunista, e judia. Em sua trajetória acadêmica, a bifurcação da filosofia com a política ocorreu bem cedo; no doutorado, escreveu sobre o amor em Santo Agostinho, tese cujo conteúdo nada tinha de teológico: referia-se à descoberta do próximo como referencial para a

vida em sociedade, para a construção da cidadania. Mas após a fuga da Alemanha e a experiência de refugiada, Arendt mergulhou ainda mais nessa reflexão: filosofia e política poderiam dialogar? Qual o papel do intelectual, ou melhor, do próprio intelecto diante das ideologias totalitárias? O que permitiu que o próximo, na sociedade alemã, se tornasse o distante, por que se tentou destruir o outro?

Em *A condição humana* há um inventário dessa busca. Arendt recusou-se a aceitar uma natureza humana, pois a definição dessa natureza só seria possível para quem estivesse fora dela. Mas tentou entender a condição humana, que encontramos ao nascer: tudo aquilo que os homens humanizaram, tornando-se necessidade.

Para Arendt, duas esferas compõem a condição humana: a vida ativa e a contemplativa. A vida ativa divide-se em três atividades: o labor, o trabalho e a ação. Por labor, Arendt (1997) compreende:

Atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida.

Trabalho, segundo a autora, é:

Atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo "artificial" de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade.

Por fim, ação:

É a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e o Homem,

vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição de toda vida política. Assim, o idioma dos romanos – talvez o povo mais político que conhecemos – empregava como sinônimos as expressões “viver” e “estar entre os homens” ou “morrer” e “deixar de estar entre os homens”.

A relação entre vida contemplativa e ativa parecia harmoniosa entre os gregos. O julgamento de Sócrates marcou o fim desse equilíbrio: os filósofos exigiram – vide a obra platônica – que a contemplação fosse valorizada, hierarquicamente superior. No mito da caverna, há uma separação entre os que observam a vida e os que se deixam viver, e Platão decretou a supremacia dos primeiros.

Durante o Cristianismo, a hierarquia manteve-se. O surgimento e a consolidação de um eu interior reforçavam o ideal contemplativo. Mas na Idade Moderna, algo ocorreu: a vida ativa passou a ocupar o primeiro lugar, pois nela residia a capacidade humana de produzir e reproduzir bens.

Mesmo na vida ativa havia hierarquia: os gregos privilegiavam a ação; o trabalho e o labor ocupavam a última posição. Os escravos laboravam: a eles competia produzir alimento e cuidar para que as necessidades básicas de seus amos fossem atendidas. As mulheres, na sociedade grega, também laboravam, fossem escravas ou nobres: cabia-lhes a reprodução da espécie para manter acesa a chama da vida.

Os homens livres e os nobres trabalhavam: fabricando bens duradouros ou administrando suas fortunas privadas. Tratava-se de atividades hierarquicamente superiores ao labor, já que não se esgotavam em si mesmas e serviam de testemunho para a posteridade.

Apenas na ação os homens eram livres, pois se afastavam dos ditames da necessidade. Eram livres porque podiam responder, em seus atos e em seus discursos, a um “quem és?”. Na ação e no discurso havia a possibilidade de revelação do quem, e, embora essa revelação fosse transitória, era gratificante e fazia história.

Na sociedade moderna, o labor derrotou o trabalho, já que a ideia de bens perenes foi substituída pela de perecíveis, e não há garantia de continuidade. Um computador, por exemplo, torna-se obsoleto tão logo chega à loja, e a moda derrota a durabilidade do calçado e da roupa.

O labor, porém, foi além: ultrapassou a ação, que passou a ocupar a última esfera na vida ativa. A política tornou-se uma atividade menos importante, pouco digna, supérflua, diante da necessidade de produzir e de consumir: enfim, de se render às armadilhas do desejo que a sociedade industrial exacerba, comercializa, explora.

Quando vida ativa e contemplativa se separaram, teoria e *práxis* também se cindiram. Criou-se uma lacuna ética, já que motivações e consequências deixaram de ter importância para os atos, que parecem se esgotar em si mesmos.

A vida contemplativa é constituída das atividades do pensar, do querer e do julgar. Para Arendt, a sociedade moderna não pensa, e quando o faz, não consegue associar esses pensamentos com a ação. O querer, ou a vontade, é o órgão humano para o futuro. Por meio dele, transformam-se situações e há a possibilidade de emergência do novo. Contraditoriamente, a sociedade moderna, tão alvissareira e presa a novidades, ignora o novo, pois reforça, no indivíduo, aquilo que ele já é, tendendo a padronizar, homogeneizar e até mesmo destruir as possibilidades de emancipação. Por fim, se não pensa, se não age politicamente (isto é, na pluralidade, participando), a sociedade moderna abdica da capacidade de julgar ou a desqualifica.

A banalidade do mal, como Arendt denominou os períodos totalitaristas como o nazista e o stalinista, decorre da configuração não crítica e não participante da sociedade moderna. O “quem és”, que sempre foi de difícil acesso, mas que a arena política permitia vislumbrar, foi substituído pelo “que és”. Classe social, etnia, religião, profissão passaram a ocupar um lugar cada vez mais privilegiado, como se essas categorias esgotassem toda a riqueza e a diversidade que constituem a pluralidade.

Na sociedade grega, havia duas esferas distintas e nítidas: a pública e a privada. Da primeira participavam os cidadãos quando se reuniam e debatiam, quando se expunham na ação e no diálogo. O labor e o trabalho faziam parte da esfera privada.

Na modernidade, as duas esferas confundiram-se, sendo substituídas pela esfera social. O labor e o trabalho tornaram-se públicos;

eles substituíram a ação. Só restou, para a privacidade, um instinto confuso e individualista.

Ao tentar responder provisoriamente à nossa primeira pergunta-síntese (quais aspectos culturais tornam a população feminina vulnerável à Aids, no Brasil e no México?), elaboramos nossa primeira hipótese. Concordamos com Arendt que a sociedade moderna substituiu o quem pelo quê. Ao tentar construir sua identidade, frequentemente as mulheres o fazem a partir de um relacionamento. Não de seus sentimentos, desejos ou aspirações, mas de sua condição de solteira, viúva ou casada; a partir do olhar do outro. Manter uma relação pode ter um preço alto, inclusive a contaminação.

A segunda hipótese que o trabalho levanta é que a pandemia de Aids só pode ser entendida no contexto da contemporaneidade, nessa modernidade tardia e exacerbada onde parecemos viver. A banalização desse mal é possível na medida em que, conforme Arendt sentenciou, estamos aprisionados ao labor, ao consumo da própria vida. Somos prisioneiros do desejo e do consumo de nossos corpos, dos corpos do outro e dos produtos que são a metáfora da satisfação. Respondemos provisoriamente à segunda pergunta-síntese (quais os limites dos discursos médico, jornalístico e das campanhas de prevenção diante dessa vulnerabilidade?): que a principal lacuna desses discursos é manter a subordinação ao desejo, não conseguindo criar estratégias de superação/negociação.

Para responder, embora provisoriamente, como melhorar a informação sobre a Aids e estimular a mudança de comportamento, construímos uma terceira hipótese: isso só seria possível com o resgate do "quem". E, para fazê-lo, conforme Arendt, é preciso retomar a esfera pública, por meio do debate, da discussão, da participação. As relações entre filosofia e política, entre indivíduo e sociedade, entre homem e mulher não se esgotam no intimismo individualista, há valores, cosmovisões, comportamentos que são culturais e que devem assim ser tratados. Na Aids, as histórias de vida revelam-se, mais do que nunca, trajetórias inacabadas de negação ou afirmação do social: momentos de diálogo tenso com a cultura.

Opções metodológicas

Partindo da teoria, das perguntas-sínteses e hipóteses, foi preciso eleger o melhor caminho para chegar a respostas rigorosas. Tivemos de fazer uma escolha metodológica.

A primeira opção era o funcionalismo, porque ele ocupou e ocupa um papel importante nas Teorias de Comunicação, hegemônico na geração e análise de campanhas. As técnicas usadas pelo funcionalismo são sobretudo quantitativas, ligadas à mensuração do espaço ocupado por determinada palavra ou, de forma mais sofisticada, por determinado tema, na elaboração, por exemplo, de uma campanha. Eis algumas questões que o funcionalismo permitia que afluíssem, se o elegêssemos:

Toma-se por modelo a ação da propaganda sobre o público de massa. A questão candente seria, nesse exemplo: esta ação é função do equilíbrio psíquico e do enriquecimento cultural do cidadão? Ou é uma disfunção que violenta o seu livre-arbítrio apoucando-lhe o discernimento?

A função/disfunção pode, no parecer de Merton-Lazarsfeld, ocorrer em três campos:

- atribuição de *status* a um indivíduo, ou legitimação desse prestígio. Pessoas "importantes" aparecem na TV para endossar o conteúdo da propaganda ou a veracidade da notícia transmitida;
- reforço das normas sociais implícitas ou explícitas, por meio de alternativas fatais. A publicidade elimina o hiato existente entre a moral particular e a pública. Sirvam de exemplos as grandes "cruzadas" radiofônicas ou televisivas contra o comunismo, por exemplo, nos anos 50 nos Estados Unidos;
- disfunção narcotizante. A publicidade concorre para produzir uma parcela populacional apática e inerte. A massa de informações é recebida passivamente e não se integra em qualquer projeto social ou intelectual organizado por parte do receptor. Por passividade, entendem Merton e Lazarsfeld, tanto o conformismo sociopolítico

quanto a recepção de estereótipos culturais e estéticos, em particular. A influência da comunicação de massa também deriva do que ela não diz, de suas omissões. (BOSI, 1973, p. 26).

O estrutural-funcionalismo, praticado por Merton, enriquece o quantitativismo com análises, ultrapassa a descrição. Há, no entanto, uma pergunta à qual ele teima em responder: as campanhas foram funcionais? Ocorreram disfuncionalidades?

Recusamos o funcionalismo como opção metodológica central da pesquisa porque, em seu esforço classificatório de aprender o mundo por funções e disfunções, ele instaura as próprias campanhas como instância basilar de análise. Ao lidar com gênero e Aids, aspiramos a compreender mais do que as especificidades desta ou daquela campanha, o personagem feminino que buscamos move-se na cultura, na arte, é indivíduo e é sociedade.

A lição do funcionalismo que este estudo tenta aplicar é a do respeito ao dado, à empiria. Perguntamos não só aos livros e às teorias sobre a Aids, mas também às portadoras e aos médicos. Buscamos outras vozes. Entrevistamos.

Como segunda grande opção de análise para as campanhas teríamos a teoria crítica de matriz frankfurtiana. Originária da Europa da década de 30, traz embutido o rancor dos intelectuais contra a manipulação das massas pelos meios de comunicação expressa na ascensão do totalitarismo. Optar por ela implicaria tentar entrever o que há por “trás”, maquiavelicamente falando, de cada campanha. Como se em cada *outdoor*, em cada frase de efeito, houvesse uma conspiração para reforçar a hegemonia capitalista. Mas e as contradições, presentes nos meios de comunicação e também nas campanhas, onde ficariam? Como descobrir o personagem feminino partindo-se das respostas, não das perguntas?

Não optamos, pois, pela teoria crítica enquanto método, mas adotamos alguns de seus pressupostos: o reconhecimento da importância exacerbada da esfera econômica na sociedade moderna, pressionando as dimensões políticas e culturais, e a tendência de diluição das mensagens pelos meios de comunicação, que muitas vezes subestimam o público.

Qual seria, enfim, o caminho metodológico? Como atender às demandas múltiplas do problema?

Optou-se então por uma metodologia culturalista, que inclui Hannah Arendt como ponto de partida, e se enriquece de contribuições da Sociologia, da Psicanálise e das Teorias Culturais que enfatizam o signo da Comunicação Social. Mas como manter o rigor que deve orientar qualquer trabalho científico, sem se fechar nos dogmatismos de algumas áreas e teorias, de alguns paradigmas, necessariamente excludentes? Como considerar textos aparentemente tão diferentes como o saber e o fazer médico, o discurso jornalístico, o das campanhas publicitárias e o silenciar das portadoras do vírus? Recorremos às teorias do discurso de vertente francesa como fio condutor, a partir de um conceito fundamental que ela enuncia e aplica: o de intertextualidade. Madeira (1996) sistematiza três estratégias que podem viabilizar a apropriação intertextual:

A primeira é uma operação epistemológica – equalizar – reduzir todos os textos a um denominador comum do ponto de vista de sua verdade e objetividade. Todos os textos – os que constroem as disciplinas científicas tanto quanto os estéticos ou os da linguagem comum – são enunciados, construções linguísticas com suas regras internas, construções semióticas, emergindo em uma cultura e em um tempo específico. Esta assunção possibilita a circulação através das disciplinas científicas, o confronto com outros saberes (não científicos), sem no entanto apagar os limites ou considerar um texto superior a outro. Em vez disso, são novos campos de saber que se formam nas interfaces, a partir de migrações conceituais, empréstimos e fragmentos.

A segunda é uma operação teórica: trata-se agora de diferenciar os textos e sobre esta diferenciação construir a unidade da pesquisa; detectar séries e estabelecer regularidades, definir o corpus e as relações específicas que os textos estabelecem entre si: construir o objeto.

A terceira operação desdobra-se nas várias estratégias para se atingir coerência do ponto de vista metodológico: escolher

o ponto de entrada no material, definir categorias, dominar a natureza semântica (sobretudo se se trata de textos distanciados no tempo e na cultura, textos antigos ou opacos) e controlar a polissemia para finalmente proceder à interpretação crítica, aos deslocamentos necessários para que se dê o “salto do tigre”, isto é, o aporte do texto para o presente. Uma interpretação semântica correta exige o conhecimento dos códigos linguísticos e históricos interagentes, e esta parece ser a primeira regra valiosa para a decifração do “código secreto” de cada texto (textual *trap*, a “armadilha”, como diz Eco).

Como o médico, que segue pistas, que tem o desafio dos mistérios do corpo enquanto sintomas, ensaiou-se articular os vários discursos sobre a Aids, relacioná-los e compreendê-los. A comparação entre Brasil e México poderia revelar especificidades e generalizações sem, no entanto, tentarmos grandes sínteses. Pretendemos chegar a encruzilhadas que se situam histórica e culturalmente, a um discurso enunciador possível nas presentes circunstâncias, além de mutável.

Se a Aids instaurou um novo paradigma de racionalidade médica, também contribuiu para o surgimento de uma nova ética. Questões como a relação médico-paciente, o médico e seus preconceitos de identidade sexual e de gênero, a escolha dos pacientes a priorizar diante dos poucos recursos – decisões de vida e de morte, portanto – colocam o infectologista diante de dilemas que a trajetória vitoriosa da medicina ignorou.

Como se construir uma nova ética? Como se pensar uma ética diferente da prevalecente nos códigos, que decretam regras universais e punições generalizadas, mas contribuem muito pouco para a humanização das relações e dos tratamentos?

Para nos ajudar nessa reconstrução ética, devemos recorrer a outras áreas, a outras experiências, como a psicanalítica. Lacan produziu apenas um enunciado sobre ética, em toda a sua obra, mas o caráter provocador desse enunciado provavelmente tem algo a nos

dizer: “não ceder quanto ao seu desejo” (LACAN, 1986). Como entendê-lo e em que medida aplicá-lo à Infectologia?

A tragédia grega pode exemplificar a máxima lacaniana, como em *Antígona*, de Sófocles. Lacan recorreu a essa peça para falar da lei, da ética e do desejo. O rei Creonte proibiu o sepultamento de Polynice, por traição ao Estado. Antígona, sua irmã, desafia a ordem real e é condenada a ser sepultada viva. De um lado, a coragem de Antígona e do outro, a lei pela lei de Creonte. Qual dos dois pode nos servir como referencial ético?

Lacan mostra que o rei tomou a lei rigidamente, colocando-a como único quesito, cedendo desta forma a seu próprio desejo. Antígona, apesar de toda a sua coragem, está muito próxima do rei em sua violação ética: faz da lei do coração a única lei, também cedendo a seu próprio desejo.

O que Lacan defende é que o analista não deve somar seu desejo ao do analisando. Ou substituí-lo. Deve sustentá-lo, na escuta, na crítica. O seu lado será sempre o das perguntas, e são elas que poderão libertar o paciente de antigas certezas que o fazem repetir, repetir.

Diante da proposta lacaniana, pode-se entender o mito da cura como um dogmatismo exacerbado, um saber onipotente. Identificamos, nos médicos entrevistados, uma polaridade entre resistentes e desistentes. Os primeiros reveem as concepções sobre a profissão, abandonando o mito da cura e resgatando a ética do cotidiano, na relação com o paciente, nas medidas preventivas; os segundos esmorecem. Presos a um modelo que já se foi, a promessas da Medicina e da Infectologia de onisciência e onipotência técnicas, desanimam. Passam para o lado das respostas. Não conseguem se libertar dos preconceitos de grupo de risco. Não percebem que não aprenderam a grande lição da Aids: a transitoriedade do conhecimento, os limites das certezas.

“E eu, como infectologista, como me coloco diante dessa situação? Em um primeiro momento quis me excluir, protegida pelo discurso da “distância do pesquisador”, que outrora já se chamou discurso da neutralidade. Mas, aqui estou.

Percebo que a Medicina não tem muito a falar às mulheres, para a prevenção, porque não consegue ouvir nem entender o desejo. Dirigimo-nos a vítimas, lidamos com doentes, e o desejo, para os médicos, só tem dimensão enquanto excesso ou falta, como patologia.

A Aids, então, nos frustra duplamente. Fala de privacidade, intimidade, de quartos escuros e lençóis desarrumados, e não entendemos disso. Fala também de morte, e não entendemos disso: por que não podemos receitar um remédio, mandar o paciente para casa, sugerir um retorno e receber um obrigado?" (Sonia Gerales)

Nos discursos médicos que analisamos, há melancolia e desesperança ao lado de uma convivência possível com a Síndrome. Há resistência e desistência.

Como a Comunicação Social acolheu e elaborou os contraditórios discursos sobre a Aids, chegando a seu próprio discurso, e como os personagens femininos figuraram nele?

A matriz iluminista do Jornalismo contemporâneo emprestou-lhe essa aspiração por certezas. É compreensível se percebemos, com Berman (1982), que esse período da história humana foi marcado por incertezas, pela ideia de que "tudo que é sólido se desmancha no ar", e era necessário reagir, na Imprensa, na Ciência, na Arte, com respostas que atenuassem a dor do risco. A Comunicação Social, que não se pode furtar à emergência da complexidade, aos desafios da pluralidade vividos neste fim de milênio, ainda não aprendeu, porém, a dizer talvez.

Retornamos à nossa segunda pergunta-síntese: quais os limites do discurso jornalístico diante da vulnerabilidade feminina? Com Hannah Arendt, afirmamos provisoriamente que o Jornalismo está atado ao labor, subordina-se ao desejo. Mas, isso realmente é visível na amostragem analisada? Por que ocorre?

Como referencializa-se nos aspectos quantificáveis do real, os que podem melhor ser definidos e nomeados, o Jornalismo mal aprende o desejo. E como não consegue captá-lo, frequentemente o nega, o desejo é o outro, o que não é dito, o que é mal-dito. E quanto mais o nega, mais é tomado por ele, nas entrelinhas, nas sutilezas, sem armas para resistir. O Jornalismo, prisioneiro das próprias origens, elabora as suas repetições: o labor o venceu.

Limites e possibilidades

O silêncio pode ser muito expressivo. A ausência de campanhas específicas para a mulher no México e a existência de apenas uma campanha no Brasil mostram o quão fortemente os próprios órgãos governamentais introjetaram a ideia de grupo de risco. O mais grave é que ao tentar mostrar que as mulheres eram vítimas passíveis de contaminação, as campanhas o fizeram de forma muito genérica, como se ao se dirigir a todas não conseguissem atingir nenhuma.

Na campanha brasileira "Quem se ama se cuida" há o esforço de construção de um público-alvo. Mas com quais elementos caracterizam-se estes personagens? A mulher enquanto vítima está mais para estereótipo do que para constatação. Talvez daí advenha um dos motivos do baixo grau de persuasão da campanha: se é tão vítima assim, se deseja-se atingir principalmente a classe baixa, como exemplificar com moças de classe média, com comportamentos de classe média, com linguagem de classe média?

A campanha faz vários trocadilhos, alguns de gosto e legibilidade duvidosos. Por exemplo: "Nessas horas a moça comportada tem que virar uma mulher sem vergonha: de carregar uma camisinha na bolsa, sem vergonha de pedir e ensinar como usar, sem vergonha de dizer não e voltar para casa".

Ora, se o público a ser atingido é de donas de casa de classe baixa, como propor-lhes que carreguem uma camisinha na bolsa? Terão elas informação suficiente para ensinar os maridos a usar camisinha? Como construir, em casa, esse "não"?

Outro silêncio doloroso das campanhas diz respeito à pouca informação sobre a sobrevivência de pacientes portadores do vírus e principalmente da diferença entre ter o vírus e estar com Aids.

As campanhas mostram um buraco na subjetividade, uma ausência, uma falta. Nossa hipótese de o quem substituindo o quê, no mundo contemporâneo, é ratificada nas campanhas. Por isso, frequentemente o desejo está fora delas, pois como aprendê-lo fora do contexto do eu?

Quais as semelhanças nas campanhas dos dois países e quais as diferenças?

Uma semelhança que deve ser destacada é a passividade diante da contaminação feminina. Outra é a oscilação e a falta de continuidade das políticas de saúde pública, que dependem de orçamentos reduzidos e da boa ou má vontade governamental.

Como diferenças, observamos a dificuldade de se construir um espaço, no México, para a informação sobre a Aids. Liberais e conservadores enfrentam-se acirradamente e não conseguem negociar. No Brasil, esse embate só ocorreu em um caso muito específico (a campanha do Bráulio em 1995), mas a aceitação social aqui é maior.

Há, no caso do Brasil, uma falta de avaliação e de planejamento das campanhas muito grande, inclusive com erros repetidos de linguagens regionais tomadas por nacionais. No esforço da pesquisa o México caminhou mais.

Para entender como mulheres, que são frequentemente informadas sobre Aids pelos meios de comunicação e pelas campanhas, não conseguem aprender a dimensão do risco, devemos trabalhar dois aspectos. O primeiro é o dos valores embutidos nas campanhas, ou seja, a história da síndrome, as opções da imprensa, o próprio discurso médico fundaram um conceito de Aids e de contaminação do qual as mulheres se sentiam distantes e protegidas. Mas há o segundo fator: o risco caracteriza uma época da história humana, está associado a valores e crenças, contrapondo-se, em certa medida, ao paradigma religioso.

O sociólogo Anthony Giddens define risco como o oposto da fortuna, do destino (GIDDENS, 1995). Por isso, caracteriza-o como um fenômeno da Modernidade. Na Idade Média, a Igreja estava de posse da Verdade. Que era uma só, com acesso restrito aos iniciados, aos hierarquicamente superiores. Após a Reforma, a possibilidade de que cada um chegasse, individualmente, à sua verdade, rompeu com as certezas, desmontou as éticas, deixou campo aberto para a emergência do risco. A predestinação puritana, que o sociólogo Max Weber tão bem analisou no protestantismo americano, mantinha os fiéis na tensão de nunca saberem se estavam salvos. Não adiantava ter fé, não adiantavam obras: a salvação era dom divino independente das ações humanas. O sucesso material, a capacidade de dar concretude a seus ideais, surgiu como sintoma

das bênçãos de Deus, de um amor a que os crentes aspiravam e nunca conseguiram suficientemente provar.

Oriundo de país de tradição católica, Durkheim vivia em um mundo em que individualismo e coletivismo estavam mais próximos. A necessidade de que cada fiel fosse coerente até o fim não existia: se, depois de uma vida de pecado, houvesse arrependimento no momento final, haveria misericórdia, perdão, céu. No máximo, purgatório. A insegurança era menor, pois determinadas obras, com uma soma desigual de fé e caridade, geravam a salvação.

Se o risco persegue o protestante, a fortuna continua a embalar a tradição católica, mesmo depois do impacto do Renascimento, da Revolução Francesa, da perda da divindade do homem atribuída ao evolucionismo darwiniano e à psicanálise freudiana. Fortuna que talvez nos faça mais otimistas, mas também menos prevenidos, menos racionalistas. A fortuna de acreditar que Deus é brasileiro e de deixar tudo para a última hora porque as coisas, no final, sempre dão certo, aconteça o que acontecer. A fortuna abraça a fé e nega o risco. M.A., 28 anos, professora de Ciências, nos diz:

“Comigo não vai acontecer”.

Quando se percebe o risco, ele já se realizou, virou certeza. Talvez por isso essas portadoras do vírus queiram campanhas enfáticas, que façam as outras mulheres despertarem, como diz M.A.:

“Mostrar, chocar. Colocar homens que saiam com homens e mulheres ao mesmo tempo”.

Perceber o risco exige uma conversão paradigmática, a que apenas o processo de racionalização após o contágio permitiu que essas mulheres realizassem. O modelo de comportamento sexual pelo qual elas se moviam era “religioso”: o sexo fazia parte de uma relação hierárquica entre homem e mulher, em que a iniciativa cabia ao homem; a negociação, a discussão, a transformação eram caladas pelo dever-ser; o amor inseria-se em um contexto de destino, que envolvia confiança e ignorava o risco.

Mas se esse modelo frequentemente nos foi relatado nas histórias de vida e nas respostas às questões abertas, sem dúvida não é o único. Algumas mulheres perceberam o risco e continuaram, como a brasileira D.F., de 27 anos:

“Vim do Nordeste com 18 anos para São Paulo com meu irmão e meu noivo. Nem conhecia o Chico. Ele começou a frequentar a nossa casa, pois era amigo do meu irmão. Foi arrebatador: desmanchei o meu noivado e só pensava nele. Ele, por sua vez, sempre com seu jeito sério e nunca dando bola para mim. Mas de tanto dar em cima – namoramos, noivamos, casamos. O primeiro homem da minha vida. Mas ele saía – me deixava – e os nossos dois filhos foram chegando. E ele saindo e eu falava: use camisinha. Até que nos meus acompanhamentos na Ginecologia do hospital descobri que era soropositiva, desconfiaram porque eu tive uma doença, condiloma. O Chico foi convocado, fez exame e também deu positivo. Os castelos desmoronaram. Já tive várias doenças, tomo mais ou menos vinte remédios por dia, além das injeções. Mas persisti pelos meus filhos. E como a doutora fala, entre tapas e beijos fico com o Chico. Só uma coisa me pergunto: que amor é esse?”

Algumas portadoras perceberam o risco, afastando-se do determinismo da fortuna e da sorte. No entanto, seu comportamento foi pouco alterado por isso: decidiram arriscar, construir castelos em areia movediça... Há provavelmente, uma dimensão de prazer do risco. Conforme afirmado por Freud, em nós convive Eros e Tanatos, amor e morte, e a última frequentemente é mais atraente, rompe padrões, normas, e liberta.

O prazer do risco não seria a afirmação do desejo? Não seria a afirmação de que as mulheres são seres sexuados, que gostam de sexo e até podem pagar um preço por isso? Mas, ao mesmo tempo que é negação da negação da sexualidade, o prazer do risco não é, também, afirmação de uma visão de mundo em que os maiores ônus da relação cabem à mulher? Viver o risco não seria expiar a culpa por desejar?

Sobrevive a hierarquia relacional de uma visão de mundo religiosa. A mulher aconselha, o homem manda. A mulher sugere,

o homem decide. Os filhos chegam, a mulher está em casa, o marido na rua. Ao feminino cabe o espaço privado, intimista, do relacionamento amoroso, ao masculino atribui-se a caça, na esfera pública, de novas relações.

O discurso científico das campanhas atinge as mulheres na abstração; elas sabem da doença, dos preservativos, chegam algumas vezes a enxergar o risco. Mas o discurso não as toca enquanto práticas, pois essas pertencem a uma lei interior que não é facilmente refundada.

Emile Durkheim mostrou as dificuldades de se transformar as representações coletivas no conservadorismo do Direito Penal, por exemplo. Sugeriu que as práticas constantes e contínuas de grupos poderiam fundar novos valores, mas o processo não era fácil... implicaria o enfrentamento da sociedade.

A partir dessas constatações, vamos retomar à pergunta-síntese: quais aspectos culturais tornam a população feminina vulnerável à Aids, no Brasil e no México? Nossa hipótese de substituição do “quem” pelo “que” foi confirmada nas entrevistas analisadas.

Observa-se, nos depoimentos, a importância de estar casada, de ser esposa, companheira, amante na resolução da identidade feminina. Como se ao feminino coubesse esse papel ou nada. Frequentemente as mulheres respondem à pergunta – quem és tu? – com essas denominações. E se a entrada no mercado de trabalho acrescentou papéis, não eliminou os antigos. Se a identidade masculina é estabelecida a partir do trabalho, da profissão, a feminina ainda está muito ligada ao outro, o que, no caso da Aids, pode ser fatal.

Acompanhamos, nos depoimentos de médicos e portadoras do vírus, nos discursos da imprensa e na trajetória das campanhas, a afirmação da vulnerabilidade feminina à Aids. Nos dois países, embora a participação feminina no mercado de trabalho tenha aumentado, conforme dados de 1996 – no México ela chega a 44%, no Brasil, a 42% – a dependência econômica em relação aos maridos e companheiros ainda é realidade, pois as mulheres ocupam cargos hierarquicamente inferiores e com remuneração mais baixa. Confirmamos, assim, a primeira hipótese: a de que no mundo em que o labor venceu, a importância de indivíduos e grupos é avaliada por sua capacidade de consumo. Uma nova história, que a imprensa não consegue instaurar, que o discurso

médico tem dificuldades em dizer, que as mulheres não conseguem buscar, é continuamente negada por esse ciclo de repetição e consumo.

Do ponto de vista cultural, essa vulnerabilidade feminina é expressa no embate entre o consumo de relações, representado pelo masculino, e a manutenção dos relacionamentos, um ponto de vista construído para/pela mulher. Como se afundar com o navio fosse um dever.

A segunda hipótese, que tenta responder ao por quê de discursos de prevenção como o do médico, o jornalístico e o das campanhas serem muitas vezes inócuos, afirma que nenhum desses discursos consegue trabalhar com a negociação feminina do prazer. O discurso médico não o faz porque, como se observa na escuta dos entrevistados, o ser humano é visto pela Medicina como doente, como vítima. No discurso jornalístico, preso como está ao discurso dos grupos de risco, a mulher pouco aparece. Quando ela aparece como personagem, raramente o prazer é discutido, apenas é fornecida a informação, no projeto iluminista do jornalismo de educar a massa ignara. As campanhas querem que a mulher negocie o uso do preservativo, mas a tratam como uma vítima indefesa. Nessas condições, negociar como?

Diante de nossas entrevistas, percebemos que muitas vezes o risco é identificado, constatado e assumido. Submissão, dependência? Sim, mas não só. Há também o prazer de viver um outro paradigma, menos racionalista e analítico, que fala de confiança e amor, de sonhos, de entrega. Há um prazer do risco, que é, em última instância, a dimensão do sexo como jogo, embora o placar já esteja definido. É a última aposta em um relacionamento. É a afirmação do eu que se submete, mas também seduz, que é enganado, mas ainda consegue conquistar. Os discursos de prevenção só conseguirão comunicar quando falarem de prazer, um prazer femininamente construído.

A terceira hipótese vê na possibilidade da retomada da esfera pública o grande espaço da conscientização/prevenção. A partir das fitas de vídeo e folhetos produzidos por grupos como o GIV e o Gapa no Brasil, e o Summa Vídeo no México, construímos estratégias de aproximação com várias faixas etárias, tentando refundar o discurso sobre a Aids. Constituem nossas estratégias:

- campanhas;
- pré-escola;
- escola;
- unidades básicas de saúde;
- associações de bairro;
- igrejas;
- sindicatos e locais de trabalho;
- família;
- presídios;
- grupos de apoio.

Um olhar revisitado

Após 12 anos desta análise percebe-se que, mesmo com a resposta brasileira para a contenção dessa epidemia sendo considerada a melhor do mundo, de acordo com o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia da Aids e outras DST (doença sexualmente transmissível), lançado em março de 2007, houve um aumento de 82% no número de casos registrados na população feminina entre 1995 (7.280 casos) e 2005 (13.249 casos).

Outro dado importante é que, apesar de o acesso universal ao tratamento ter um impacto positivo na qualidade de vida e na diminuição das taxas de mortalidade por Aids no País, tem-se observado que o número de óbitos é maior entre as mulheres.

Essa informação confirma que, para enfrentar a feminização da epidemia, não basta ter acesso aos antirretrovirais. São necessários, também, investimentos em ações mais abrangentes, voltadas para a promoção da saúde integral das pessoas vivendo com HIV e Aids (PVHA). Além disso, é preciso que essas ações estejam articuladas a políticas de redução das desigualdades socioeconômicas, de gênero e raça, de promoção de autonomia econômica e financeira e empoderamento das mulheres, de modo que seja reconhecido, protegido e garantido seu direito à autonomia e à liberdade sobre o próprio corpo, em todas as fases da vida, como dimensão fundamental da vida e da saúde. Cabe, ainda, promover a participação dos homens em questões relativas à saúde sexual e a saúde reprodutiva (SSSR) e o seu engajamento na defesa e na promoção dos

direitos das mulheres, incluindo os direitos sexuais e os direitos reprodutivos. É preciso desconstruir esse discurso:

“Eu brigo todos os dias com meu marido porque ele não aceita usar o preservativo. Ele não sabe se tem o vírus ou não porque não quer fazer o exame. Eu digo para ele que a gente tem que se proteger. Se eu insisto muito começa uma guerra em casa. Então, eu acabo aceitando mesmo sabendo do risco da reinfecção”. (M.S.S., mulher, 28 anos, vivendo com HIV/Aids).

É preciso aprender a construir um novo discurso, nas palavras de S.L.G.:

“Ser mulher é muito mais complexo que um relacionamento”.

***Sonia Maria Gerald**es, infectologista, se formou em 1991 na Faculdade de Medicina de Jundiaí e completou a residência médica em Doenças Infecciosas no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Defendeu o mestrado em Informação e Sociedade no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam), com a pesquisa “Paixão, Confiança e Aids, um trinômio feminino de risco”, estudo comparativo do Brasil e México em relação à infecção das mulheres. Trabalha atualmente na Secretaria de Saúde do Distrito Federal, em Planejamento e Assistência. O mestrado abriu um horizonte para sua atuação profissional, ao mostrar que a Comunicação é fundamental, seja na criação de campanhas preventivas, seja no contato com o paciente ao ouvir, ao ser ouvido.

Referências bibliográficas

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
BERMAN, M. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
BOSI, E. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
GUIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade estadual Paulista, 1991.
MADEIRA, A. “Notícia sobre a história trágico-marítima”. In *Lugar Comum*. Rio: UFRJ, 1996.

O doce Rezende, diário de campo

Sonia Maria Gerald

Em 1991, estava terminando a Faculdade de Medicina e já sabia o que faria na residência médica: Infectologia. Tinha presenciado a batalha de meu colega de turma, que descobriu ser portador do vírus HIV e sentira o preconceito na pele. Eu era representante discente e ouvi, muitas vezes, a deixa dos professores: “Convença o seu amigo a aproveitar os dias que lhe restam”. Ele só sobreviveu dois anos ao diagnóstico.

Algo me empurrava para trabalhar com a transitoriedade do conhecimento. Recusava-me a acreditar em verdades absolutas. Queria agir diante de diagnósticos caóticos. A residência em Infectologia no Hospital das Clínicas foi uma descoberta. Os primeiros pacientes, a dificuldade de abordar a sexualidade, os antirretrovirais.

Era uma tarde como outra qualquer, daquelas que nos mudam profundamente, mas parecem tão normais. Um colega médico pediu-me para acompanhar seu amigo. Conheci então o doce Rezende, homossexual discretíssimo que sabia de seu diagnóstico desde 1989. Não fazia uso de medicação prévia quando a Aids foi caracterizada pelo sarcoma de Kaposi, um tumor benigno que deixa lesões na pele. Rezende as tinha no pênis e no tórax. Sua grande preocupação era que não aparecessem marcas no rosto. Na comunidade gay, todos conhecem Kaposi, que é sinônimo de solidão. Ele me perguntou se teria de ser celibatário.

Em 1993, iniciei com Rezende o uso dos antirretrovirais AZT+DDI. Eram 10 comprimidos por dia. O DDI, ou Videx, parecia com Sonrisal, tinha gosto amargo e deveria ser tomado em jejum. Ficava admirada com a disciplina de Rezende. Não esquecia, não atrasava, não falhava com a medicação. A cada consulta trazia um caderno para anotar seus linfócitos, o CD₄. “É a minha resistência, não é?”. “Sim, Rezende.” Em 1995, terminei minha residência. Nunca lidei bem com despedidas. Deixava os pacientes do ambulatório e iria me arriscar na vida de médica na grande cidade. Levava mais do que conhecimento científico: histórias de vida, narrativas. Quando me despedi de Rezende, descobri que ele também estava partindo, só que para os Estados Unidos, para um curso de aperfeiçoamento. Segurei minha mão e disse que nos reencontraríamos. Não acreditei.

Como médica assistente, ingressei na Casa da Aids em 1996. Recebi, como “caso novo”, o doce Rezende. Havia voltado dos Estados Unidos, onde parou com os antirretrovirais. Não tinha procurado tratamento lá por medo. Ele ouvira falar de um tal coquetel e queria experimentá-lo. Chegava na rede pública, em dezembro de 1996, esse famoso coquetel, precedido por suas promessas de cura.

Rezende iniciou o tratamento com o coquetel. Não foi fácil. Eram oito cápsulas ao dia e muita água para evitar pedras nos rins. Eu acompanhava os resultados pelo CD₄ e por um novo exame, que quantificava os vírus, a carga viral. Quanto menor o resultado, melhor. Em julho de 1997, a carga viral de Rezende veio indetectável. Foi uma festa, com direito a bolo. Acho que ele conquistou esse resultado por seu empenho em tomar a medicação corretamente. Re-

zende me inspirava confiança. Outros pacientes que tiveram carga viral indetectável interpretaram esse resultado como cura e sumiram.

Vivia-se uma fase romântica do coquetel. As expectativas não eram mais de cura, mas de controle viral. As internações, as infecções oportunistas e a mortalidade diminuíram. Os infectologistas transitavam entre o otimismo e a desconfiança. Surgiam boas notícias, como medicamentos que não necessitavam de jejum, mas o contato com os pacientes não era sereno. Como convencê-los a aderir à medicação com disciplina e a continuar usando preservativo, mesmo estando “indetectáveis”?

O preconceito sempre foi um cenário recorrente na história da Aids. Rezende adotou um paciente cuja família o abandonara. O rapaz tinha 22 anos e não tinha o que comer. Rezende ajudou-o a usar a medicação e arranhou-lhe uma cesta básica.

Alguns efeitos indesejados do coquetel começaram a surgir. Entre eles, a lipodistrofia, um acúmulo de gordura. Rezende começou a senti-la na barriga e a perder gordura facial. Não sabíamos o que fazer. Outros pacientes nos acuavam nos corredores, aos prantos, afirmando que aceitavam qualquer coisa, menos “morrerem feios”.

Rezende não se desesperou. Passou a frequentar academia, malhava muito. Programamos uma lipoaspiração. Mas a incerteza continuava. Alguns trabalhos na literatura médica apontavam que a mudança para outra classe de medicação era promissora. Tentamos.

O medo dos infectologistas tornou-se realidade. A fase romântica acabara. Surgia a resistência viral, isto é, alguns pacientes tinham resistência a vários antirretrovirais. Mudava-se a classe de medicação, mas em pouco tempo a nova classe também não fazia efeito.

Rezende se inquietava. Não sabia até quando iria conseguir manter sua medicação. Tinha medo de que no trabalho alguém descobrisse sobre o HIV. Percebia que o ambulatório estava se feminilizando. Não conseguia entender a passividade feminina diante do contágio.

O laboratório asséptico e a literatura em constante atualização não respondiam às minhas dúvidas. Em busca de respostas, fiz o mestrado no Programa de Integração Latino-Americana da USP, orientada pela professora Cremilda Medina, com a dissertação: “Bemmalmequer – análise da vulnerabilidade feminina à contaminação pelo HIV no Brasil e no

México”. Foi enriquecedor perceber o nó da linguagem: não adiantava mandar os pacientes tomar medicamentos, usar preservativos, negociar com seus parceiros. A Aids é a morte no espelho, para falar dela devemos ouvir os mitos da perda, da queda, do renascimento, da liberdade.

Rezende me ajudou. Engajou-se em seu trabalho na área de prevenção. Realizamos oficinas de adesão que abordam vínculos, medos, serviços, medicamentos. Ele também não está certo de nada. Mas acredita em saídas construtivas, tem fé no futuro e representa, para mim, a face humana da síndrome. Esta história não tem final feliz. Mas também não tem um final, o que me deixa feliz.

O Ministério da Saúde notificou 5.363 novos casos de Aids entre abril e junho de 2001. As novas notificações da doença, que vinham se mantendo estáveis em 20 mil novos casos/ano desde 1996, dão mostras de queda para 15 mil casos/ano a partir de 2000. De 1999 para 2000, a queda na taxa de incidência da Aids foi de 13,8%. Os números da doença, acumulados de 1980 a junho de 2001, são 215.810, divididos em 159.226 homens e 56.582 mulheres.

A queda do número de casos foi registrada em todas as regiões do País, exceto na Região Sul, que cresceu 4,36%. A queda também é registrada nas relações heterossexuais. De 1999 para 2000, caiu 25,6% entre os homens e 21,7% entre as mulheres. Mesmo assim, esse tipo de contágio é preocupante. Em mulheres, a transmissão sexual sempre foi a principal via de infecção pelo HIV.

No ranking nacional de taxa de incidência nos municípios, os quatro primeiros são da Região Sul: Itajaí, Balneário de Camburiú, Porto Alegre e Florianópolis. Junto com Caçapava, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Cubatão, em São Paulo; São Leopoldo, no Rio Grande do Sul; e Criciúma, em Santa Catarina, completam os dez municípios brasileiros com maior incidência da doença, segundo dados de 1998. De 1980 a junho de 2001, foram registrados 105.595 óbitos por Aids no País.

*Sonia Maria Galdes

Bemmalmequer: profissionais 1.0 vs. comunicação 3.0

José R. Carvalheiro*

Um programa de ensino à distância, conduzido pela iniciativa *Eluminarte* em novembro de 2010, teve o expressivo título “*Profesores 1.0 vs. Comunicación 3.0. Retos para la didáctica en la educación*”. Dirigido a educadores e conduzido por especialistas colombianos, assinala que “*los avances en investigación en el campo de la comunicación y en general en el ámbito de las TIC no se reflejan del mismo modo en el de la investigación de esa comunicación en el campo de la educación... La propuesta (del Programa) es observar cómo se puede superar el estado de enseñanza de contenidos del siglo XXI a estudiantes del siglo XX con herramientas y profesores del siglo XIX, mediante el aprestamiento y concienciación de la actitud hacia la comunicación 3.0 en la didáctica*”. Esta menção a realidades atuais, confrontadas por profissionais apenas esforçados empregando ferramentas ultrapassadas,

pode ser associada à tarefa de comentar o trabalho de mestrado apresentado no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam), intitulado “Bemmalmequer, análise da vulnerabilidade feminina à contaminação por HIV no Brasil e no México” (Geraldês, 1998). Decidi revisitar alguns conceitos com que trabalhei na década de 90, e encaminhar o raciocínio para uma autocrítica em relação ao que se prenuncia no campo da elaboração do discurso a respeito da epidemia de Aids na atualidade. Em particular, considerar as novidades representadas pelas redes sociais que exigem alterar diversos conceitos consagrados no campo de epidemiologia e que se fundam na elaboração de *proxys*. Exemplo marcante é a ideia de surto, fundada na existência de rumores.

Prolam & Memorial da América Latina

Numa realização conjunta com o Memorial da América Latina, o Foro Permanente de Reflexão sobre a América Latina celebra os 21 anos de implantação do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam) da Universidade de São Paulo (USP). Empregando o método comparativo como eixo metodológico dos estudos que aí se realizam, o Prolam propiciou a realização da tese já mencionada, no contexto das práticas políticas nacionais de México e Brasil, na área da saúde. Apresentar um debate sobre a “vulnerabilidade feminina” quanto à propagação da epidemia de Aids ainda hoje é um tema que atrai a argúcia de pesquisadores em todo o mundo. Nos anos 1990 era quase um atrevimento refletir de maneira transdisciplinar sobre uma temática geralmente conduzida pelos grupos que dominavam o ambiente de pesquisa com o viés das ciências biomédicas, ditas “básicas” ou, ainda, “duras”. Membro da Comissão Julgadora da tese e convidado para ser debatedor na sessão do Memorial em que se deu sua apresentação no Foro, tive uma sensação que traduzi no item anterior. Desta, só tomei consciência quase três meses depois: de que forma conciliar o meu pensamento atual (2010) com o que devo ter dito na arguição à época (1998)? Para organizar esta contribuição, aproveitei a fala inicial da autora da tese ao apresentar o tema no Foro, que também deve estar modificada, se comparada com sua concepção original. Em seguida, revisito textos

(meus) que na época não tiveram a divulgação esperada, especialmente pelos instrumentos de divulgação empregados. Em cada um deles, faço o possível para proceder a um *aggiornamento*.

Bemmalmequer em 2010

A autora, Sonia Maria Geraldês, assinalando que não se podem confundir as diferentes instâncias, afirma que foi no Prolam que encontrou “um fértil espaço para o exercício da perplexidade”. Enveredou por um plano de análise dos “diversos atores” através de quatro discursos: o médico, o jornalístico, o preventivo e o vivido (das portadoras). Em sua apresentação no Foro deu ênfase ao caráter “refundável” dos discursos a respeito da vulnerabilidade feminina à infecção. Em que pese a reconhecida hegemonia dos aspectos sociais, as campanhas (no Brasil e no México) preocupam-se mais com a vulnerabilidade individual, não a coletiva, nem a programática. Esta fixação na mulher (quem?) e não na sociedade moderna (o quê?) domina o discurso, apontando para comportamentos “de risco”, culpabilizando as vítimas como é hábito nos programas públicos de prevenção. Os produtores de camisinhas sempre estiveram nos bastidores das campanhas, tanto no Brasil (mais permissivo nas campanhas) quanto no México (mais limitante). Lembrou a transformação, no Brasil, do tom pessimista (“vou morrer”) num mais cordial (“quem ama, cuida”) e mesmo irônico (o diálogo do homem prudente com seu pênis, “o Braulio”). No México, a ênfase no problema dos migrantes como vetores da infecção foi um fato marcante.

No debate que se seguiu, alguns temas dominaram as intervenções: a existência de um Departamento de Direitos Humanos no Programa Nacional de DST/Aids; o esforço brasileiro por se envolver precocemente nos programas da OMS (Organização Mundial da Saúde) de “factibilidade” de testes de vacinas anti-HIV/Aids; a organização de grupos atingidos (“pessoas vivendo com HIV/Aids”), no Brasil e no mundo; o acesso à camisinha, masculina e feminina; a regionalização das campanhas de prevenção; a questão da educação afetiva, pouco valorizada e confundida

com educação sexual; a situação crítica em alguns países africanos, com a população quase dizimada pela Aids.

Momento da tese: Brasil e México²

A última década do século XX foi tomada por uma discussão que se prolonga até hoje e que procura encontrar alguma luz na ideia antiga de relacionamento da saúde com o desenvolvimento dos povos. Entre outras, assomaram o palco a ideia da “brecha” (*gap*, em inglês) 10/90 e a da “agenda inconclusa” (ou fardo duplo) dos países pobres.

É imprescindível evitar uma análise superficial do quadro da pesquisa científica em saúde no mundo globalizado no início do século 21, mas não se exclui a “verdade axiomática” que liga saúde com desenvolvimento, numa relação de extrema complexidade. Nas duas últimas décadas do século 20, criaram-se diversas iniciativas que redundaram numa das principais evidências no campo da pesquisa em saúde que foi traduzida como o hiato (ou brecha) 10/90: mais de 120 bilhões de dólares são anualmente aplicados na pesquisa em saúde no mundo, com recursos públicos e privados, mas apenas 10% desses recursos destinam-se a doenças que atingem 90% da população mundial (GFHR, 2002).

Considerou-se, durante muito tempo, que os chamados países centrais (do Primeiro Mundo, ou “economias de mercado”) haviam passado por uma Primeira Revolução Epidemiológica: aplicaram competentemente os ensinamentos derivados da pesquisa seguindo o paradigma pasteuriano, baseado na teoria do germe: “a cada doença corresponde um germe” e seus corolários: “a cada germe um tipo de imunidade e, *ipso facto*, uma vacina”. Poderíamos acrescentar: “e/ou um quimioterápico de síntese orgânica produzido por um laboratório desse mesmo Primeiro Mundo”. As chamadas doenças transmissíveis emergentes e reemergentes vieram para pregar uma peça nos adeptos dessa verdadeira heresia. Dentre elas a infecção por HIV e, sua decorrência, a Aids é o exemplo mais notável. Nunca, nem mesmo nos países mais ricos dentre os ricos, as doenças transmissíveis foram completamente controladas em todos os grupos sociais. Considerou-se, nessa ordem de ideias, que a epidemiologia hegemôni-

ca na segunda metade do século 20, a dos modelos multicausais e dos fatores de risco (associados aos indivíduos), conduziria à Segunda Revolução Epidemiológica, capaz de controlar também as doenças crônicas e degenerativas.

Na atualidade, os países pobres carregam “duplo fardo” de doenças: a transição epidemiológica apenas se deu de maneira mais evidente nos países centrais; nos do Terceiro Mundo existe uma “agenda inconclusa”. Não tendo ainda controlado as doenças transmissíveis, os países pobres já estão assolados também pelas crônico-degenerativas em relação às quais os fatores do ambiente foram naturalizados ou individualizados atribuindo-se às vítimas uma “culpa” decorrente de suas práticas condenáveis: seja alimentar, sexual, laboral, de repouso, de lazer, de consumo de tabaco, álcool e outras drogas. Esta pragmática proposta associou-se aos resultados da epidemiologia hegemônica, a medicina baseada em evidências: aconselha-se (impõe-se!) mudanças no comportamento e no ambiente em que vivem as pessoas. Evitar o estresse, caminhar; não fumar nem beber, nem se drogar; viver em ambientes menos poluídos e agitados.

Casa Branca e prevenção ABC: abstinence, be faithfull, condom³

A posição do governo americano na questão da prevenção da infecção por HIV/Aids é conduzida de maneira conservadora. Considera que educar adolescentes para a prática de sexo seguro é o mesmo que incentivar a prática sexual. Comentei essa postura numa nota encaminhada em 2006 ao *Jornal da Ciência* (SBPC) no contexto similar de crítica à vacinação de meninas contra o HPV (Carvalheiro, 2006). Contra essa proposta setores conservadores, ligados à administração Bush, argumentam que o papiloma é uma espécie de atributo de vida sexual promíscua e que melhor seria implementar programas para promoção da “abstinência sexual”. No caso da prevenção de HIV/Aids a política oficial preconizada nos EUA, com forte influência de setores conservadores, chama-se ABC. São as iniciais das ações: Abstinence, Be faithful (“fidelidade”), Condoms. A ordem não é ocasional, traduz prioridade. Não espanta, portanto, que os republicanos repitam esse discurso também com relação ao HPV.

A vigilância vai ao extremo: vigiar comportamentos⁴

Uma das ferramentas essenciais do exercício das ações coletivas de saúde, embora introduzida desde as origens da Saúde Pública, só foi formalmente conceituada em meados do século XX. Trata-se da Vigilância Epidemiológica, instrumento insuperável para monitorar a situação de saúde num determinado arranjo espaço-temporal. Originalmente criado no âmbito dos compromissos internacionais de controle (ou erradicação) das doenças transmissíveis que assolam a humanidade desde que existem registros. Quando da emergência da epidemia de Aids, o sistema foi colocado em ação ainda antes da descrição do vírus HIV como “causa” da doença. Não havendo procedimento diagnóstico baseado no laboratório, o exame clínico e a história da doença dominavam o procedimento médico. Associar a existência da Aids a um “tipo de comportamento” foi a solução da saúde pública que passou então a vigiar “grupos de risco” definidos pelos seus hábitos e costumes. Não espanta, pois, que a doença siga sendo associada a identidades sexuais e a profissões “do sexo”. Numa contribuição pouco divulgada, numa “revista” de circulação quase restrita à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, considere a questão da “vigilância sentinela” (Carvalheiro, 1998). Pela contemporaneidade com a tese em debate, vou revisitar esse texto, incorporando alguns comentários de *aggiornamento*.

Constitui um dos temas mais importantes do debate epidemiológico na atualidade a questão da vigilância. É considerada pela maioria mero instrumento de monitorização da situação de uma doença, ou de um grupo limitado de doenças, em determinado segmento da população. Torna-se necessário definir quais são as doenças mais importantes, a qual grupo social se destina a vigilância e quais serão os procedimentos empregados. Num passado relativamente recente a vigilância esteve intimamente associada ao poder de polícia médica, sempre a serviço dos grupos hegemônicos da sociedade. No caso da Aids chegou a ser empregado em alguns países o confinamento de suspeitos, num retorno a procedimentos de quarentena já superados pela história da Saúde Pública. Um dos exemplos mais criticados foi o de confinamento

de voluntários cubanos que retornavam da África, onde haviam contribuído com forças revolucionárias e exércitos de libertação do jugo colonial. Atualmente há um desenvolvimento importante de mecanismos mais modernos, representados por “Salas de situação” que empregam modernas tecnologias de informação e comunicação (TICs). O Brasil é um dos bons exemplos de organização deste sistema de vigilância moderna (OPAS, 2010).

Tanto no convívio entre nações quanto entre classes sociais, a quarentena e seus desdobramentos significou sempre um mecanismo de discriminação, comercial ou social. Num desenvolvimento mais recente, a questão da vigilância tem sido levada para terrenos mais compatíveis com a atualidade da saúde pública mundial. A chamada Vigilância em Saúde surge, não por mero acaso, no momento em que a humanidade se propõe a alcançar Saúde para Todos, com equidade (SPT/2000). A vigilância, associada à proposta humanitária da SPT, transforma-se num instrumento de denúncia da degradação cada vez maior, com a ampliação das iniquidades, associadas ao processo de globalização do capital financeiro. Num momento mais recente, com a evidente derrota da ideia de SPT (ou HFA, na sigla em inglês) surgiu um movimento, originalmente na Europa, de incluir “saúde” em todas as formulações de política (não apenas na área exclusiva da saúde), que se chama Saúde em Todas as Políticas (HiAP, em inglês).

Enquanto isso não ocorre, vivemos uma situação real em que as vigilâncias estão separadas (epidemiológica e sanitária) e a serviço de uma polícia médica consentida. Se consideramos o processo saúde/doença/atenção (Samaja, 1996) em toda sua complexidade verificamos que sua dimensão estrutural é trabalhada, no Brasil, pela Vigilância Sanitária e a dimensão dinâmica (funcional ou processual) pela Vigilância Epidemiológica. Já as chamamos, em outros trabalhos (Carvalheiro, 1991 e 1992), respectivamente, Vigilância de Estrutura (ou *a priori*) e Vigilância de Características (ou *a posteriori*).

A Vigilância Sanitária trabalha com o futuro, baseia-se na identificação de fatores de risco e num sentido peculiar da noção de causa, próprio da Epidemiologia. Sua predileção por

esta ou aquela causa presumida, neste ou naquele espaço, é definida em função dos interesses próprios das forças hegemônicas na sociedade. É mais importante a vigilância sobre as butiques de carne do que sobre as barracas que vendem “churrasquinho de gato” nas quermesses populares e na porta dos estádios. A Vigilância Epidemiológica trabalha com o passado, resgata a importância da epidemiologia descritiva e traça os mapas de distribuição das doenças que já ocorreram, em função do tempo, lugar e pessoa. É claro que deve acompanhar a evolução do mundo e cuidar de novos tempos, novos lugares e novas pessoas (Goldbaum et al, 1998). Também ela está fortemente influenciada pelos interesses hegemônicos, a começar pela definição do seu objeto de trabalho: o elenco de doenças e os procedimentos empregados.

Em ambos os casos, tanto na Vigilância Epidemiológica, quanto na Sanitária, as propostas de cobertura variam. O desenvolvimento das forças produtivas não é mero elemento de retórica quando se analisa a organização concreta das vigilâncias. Até porque a competitividade dos produtos no mercado, nacional e internacional, está fortemente ligada à sua qualidade, e esta confunde-se muitas vezes com a vigilância, especialmente a sanitária. Mas não se podem confundir (qualidade em saúde e vigilância), sob pena de cristalizarmos o sentido excludente das ações de saúde pública: é tão importante socialmente “vigiar” o churrasquinho das quermesses (qualidade inferior) quanto as carnes nobres das butiques. Apesar das óbvias diferenças quanto ao valor (de troca, ou comercial) e seus reflexos no mercado.

O discurso oficial atual segue o script

No debate que se seguiu à apresentação do trabalho pela autora, ao comentar o momento atual, vali-me do último relatório da Unaid (Joint United Nations Programme on HIV/Aids) sobre a epidemia de Aids no mundo Unaid (dezembro de 2009).

Essa publicação oficial apresenta os dados mais recentes (dezembro de 2008) sobre o quadro global da epidemia de Aids:

Números de pessoas vivendo com HIV, Dezembro 2008

| | |
|-------------------------------|--------------------------------|
| Total | 33.4 (milhões) [2 milhões] (*) |
| Adultos | 31.3 (milhões) |
| Mulheres | 15.7 (milhões) |
| Crianças com menos de 15 anos | 2.1 (milhões) |

Pessoas recentemente infectadas por HIV em 2008

| | |
|-------------------------------|-----------------------------|
| Total | 2.7 (milhões) [170 000] (*) |
| Adultos | 2.3 (milhões) |
| Crianças com menos de 15 anos | 430 000 [6900] |

Mortes relacionadas a Aids em 2008

| | |
|-------------------------------|----------------------------|
| Total | 2.0 (milhões) [77 000] (*) |
| Adultos | 1.7 (milhões) |
| Crianças com menos de 15 anos | 280 000 |

(*) números para América Latina

Passadas mais de duas décadas, apesar dos avanços na terapia antirretroviral, o quadro ainda é preocupante. Mesmo na América Latina (números entre colchetes) o quadro não pode ser considerado animador. Passados doze anos do estudo em discussão, ainda persistem os mesmos indícios epidemiológicos de transmissão entre pessoas.

Em menção ao Peru, o relatório comenta as vulnerabilidades de forma tradicional (em ordem crescente de incidência estimada para 2010):

| | |
|---|----------|
| Sem risco | (0.0%) |
| Transfusão de sangue | (0.0%) |
| Parceiros (usuários de drogas injetáveis) | (0.22%) |
| Injeções médicas | (0.23%) |
| Mulheres profissionais do sexo | (0.89%) |
| Clientes de mulheres profissionais do sexo | (1.33%) |
| Usuários de drogas injetáveis | (1.98%) |
| Parceiros (sexo heterossexual ocasional) | (5.54%) |
| Mulheres parceiras de homens que fazem sexo com homens | (6.22%) |
| Sexo heterossexual ocasional | (6.30%) |
| Parceiras de clientes de mulheres profissionais do sexo | (6.36%) |
| Heterossexual de baixo risco | (15.97%) |
| Homens que fazem sexo com homens | (54.97%) |

As mulheres seguem sendo consideradas, em sua vulnerabilidade, de maneira indireta. Quer como parceiras de HSH (homens que fazem sexo com homens), ou de usuários de droga injetável. Diretamente, como profissionais do sexo, num discurso médico que se mantém desde o princípio da epidemia. Assinalo que transfusão sanguínea passou a ter a mesma segurança dos comportamentos sem risco.

As novas TICs e as redes sociais

Há hoje um consenso a respeito da maneira como as informações na área da saúde circulam com rapidez cada vez maior. Tanto no âmbito oficial, do sistema que monitora o surgimento de casos de doenças sujeitas ao Regulamento Sanitário Internacional, quanto na “informalidade” das redes sociais. Em matéria jornalística (*Folha de S. Paulo*, Caderno de Ciência, 30 de novembro 2010: “Mundo detecta surtos de doença infecciosa mais rápido, diz estudo”) menciona que o tempo entre o primeiro caso e a detecção de um surto caiu de 30 para 14 dias. O estudo assegura que um fator importante é a formação de

redes entre especialistas de saúde pública, “criadas” pela internet. Mas não só “especialistas” se associam em rede.

Um trabalho recente (Marques & Brito de Jesus, 2007), após relatar experiência bem-sucedida no Rio de Janeiro, assinala que “um dos maiores desafios do SUS (Serviço Único de Saúde) é a criação de canais de informação e comunicação interativos”. Conclui o mesmo quanto a uma experiência de Sete Lagoas, Minas Gerais, afirmando que “para se ampliar o direito à saúde, passa-se, necessariamente, pelo exercício de uma comunicação dialógica, imprescindível para uma nova cultura de vigilância sanitária”.

Em outro trabalho recente, sendo diverso o contexto, os autores descrevem o processo de inovação em saúde numa “sociedade do conhecimento”, com especial atenção a uma experiência em cidade satélite de Lisboa, chamada Barreiro (Sakellarides et al, 2009). A novidade é a criação de um sistema de informação em saúde “centrado nos cidadãos” (*i-citizen project*). Defendem o envolvimento da cidadania no processo de cuidados de saúde e na produção de “valor econômico agregado”. Acentuam que os sistemas de informação pessoal em saúde são uma ferramenta para “*health and digital literacy and citizen's empowerment*”.

Esta iniciativa, relatada pelo Presidente da Associação Europeia de Saúde Pública (EUPHA), está na mesma linha de preocupações dos epidemiologistas de todo o mundo que se veem em face de novas realidades de operacionalização conceitual impostas pela modernidade das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Já se fala numa pós-modernidade na área que se traduz por neologismos como *infodemiology* e *infoveillance*, traduzidos como: “*framework for an emerging set of Public Health Informatics Methods to analyze search, communication and publication behavior on the internet*”. A colaboração via internet segue modelo da Wikipédia e pode mudar a forma como fazemos epidemiologia. Já se cunhou o termo “prosumidores” para definir consumidores que desempenham um papel objetivo na relação que mantêm com o produto. É *crowdsourcing*, um modelo de produção que utiliza a inteligência e os conhecimentos coletivos e voluntários espalhados pela internet para resolver problemas, criar conteúdo ou desenvolver novas tecnologias. O *crowd-*

sourcing é o “novo lugar da mão de obra barata: pessoas no dia a dia usando seus momentos ociosos para criar conteúdo, resolver problemas e até mesmo para pesquisa e desenvolvimento”. O *crowdsourcing* é uma nova e crescente ferramenta para a inovação, e devemos estar atentos para sua potencial criatividade em apoio às redes que, na área de HIV/Aids, tanto fizeram pela humanização dos cuidados e pela garantia dos direitos humanos das pessoas “vivendo com HIV”.

Reportando-me ao mencionado texto de 1998, sobre vigilância sentinela, reproduzo o parágrafo final:

“Nenhum sistema de vigilância sanitária, no entanto, poderá dar conta da crescente onda de atentados terroristas perpetrados por grupos fundamentalistas, em todo o mundo. No Japão, recentemente (*sic*), morreram várias pessoas envenenadas com cianureto criminosamente adicionado a chá enlatado comercialmente (*Folha de S. Paulo*, 1998). Parece sina da humanidade: uma globalização particular, a do sistema financeiro, nunca vem sozinha. Acompanham-na coisas boas, como a internet, outras mais ou menos (McDonald's e Barbie), algumas péssimas, o terrorismo”.

O texto é anterior ao atentado às Torres Gêmeas e ao Pentágono em setembro de 2001 (“*nine eleven*”, ou 9/11) episódio ainda mais marcante do que os demais perpetrados por grupos terroristas por todo o mundo nesta década. E não posso deixar de considerar a ironia no sentido otimista da referência à internet. Refiro-me à crise do escândalo surgido em dezembro de 2010 com a divulgação por um sítio da internet (WikiLeaks) de comunicações sigilosas de representantes diplomáticos dos EUA, causando constrangimento a figuras públicas em todo o mundo. Mais curioso que tudo, no contexto deste trabalho que trata da “vulnerabilidade feminina à contaminação por HIV”, é o teor da acusação que pesa sobre o criador do site. Tendo veiculado violações a registros sigilosos da diplomacia americana, o fundador do WikiLeaks foi preso no Reino Unido por ser acusado, na Suécia, de um tipo de violação com tradição milenar (estupro de mulheres), que ele nega. Mas aceita (*Folha*, 8 de dezembro de 2010) ter perpetrado uma violação de introdução mais recente, ter relações sexuais sem usar preservativo!

*José da Rocha Carneiro, médico formado na Universidade de São Paulo em 1961, é professor da Faculdade de Medicina da USP em Ribeirão Preto desde seu doutorado, em 1971. Também participa do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam) e vem exercendo importantes cargos na área estadual e federal: dirigiu o Instituto de Saúde e coordenou os Institutos de Pesquisa na Secretaria de Estado da Saúde em São Paulo; assessorou o ministro Almeida Machado (1975) no Ministério da Saúde; exerceu várias direções na Fundação Oswaldo Cruz. Na esfera internacional, vem atuando na OMS (Organização Mundial da Saúde) e na Opas (Organização Pan-Americana de Saúde) em assessoria de curto prazo e como membro de comitês técnicos (Vacina de HIV/Aids, Registro de Ensaios Clínicos, Informação em Saúde). Na Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Pública (Abrasco) foi presidente e editor científico da *Revista Brasileira de Epidemiologia*.

Notas

- (2) Baseado em texto do autor (Carvalho, 2002), atualizado.
 (3) Baseado em texto do autor (Carvalho, 2006), modificado.
 (4) Baseado em texto do autor (Carvalho, 1998), modificado.

Referências bibliográficas

- CARVALHEIRO, J.R. (1991) *A saúde e o Mercosul*. IEA/USP Coleção Documentos, Série Assuntos Internacionais No. 20 Mercosul: impasses e alternativas; p. 1 a 28, 1991.
 CARVALHEIRO, J.R. (1992) *Qualidade em saúde em tempo de crise*. Divulgação em Saúde para Debate No. 7; p. 20 a 2, 1992.
 CARVALHEIRO, JR (1998) *Vigilância sentinela: uma proposta atual*. Revista CIP número 2 (outubro de 1998), disponível em
 CARVALHEIRO, JR (2002) *O crucial debate da ciência no limiar do século 21*. Ciência e Saúde Coletiva 7(1): 17-20
 CARVALHEIRO, JR (2006) *A “Casa Branca” contra a vacina anti HPV*. Jornal da Ciência (SBPC) 6 de Abril de 2006.
 GERALDES, SM (1998) – “Bemmalmequer, análise da vulnerabilidade feminina à contaminação por HIV no Brasil e no México”. Dissertação de mestrado, Prolam/USP
 GFHR (2002). Objectives, in www.globalforumhealth.org.
 GOLDBAUM, M.; laurenti, R.; costa, M.F.L. & Carneiro, J.R. (1998) “Novos tempos, pessoas e lugares: o papel da Epidemiologia Descritiva”. Mesa Redonda no IV Congresso Brasileiro de Epidemiologia (EpiRio 98), 1998. Resumos disponíveis na home page da Abrasco: <http://www.abrasco.com.br>
 MARQUES, T & BRITTO DE JESUS, AM (2007) *Práticas de comuni-*

cação em *Vigilância Sanitária: experiências e desafios*, in Costa, EA & Rangel, ML (orgs.) *Comunicação em vigilância sanitária*. Salvador: Edufba
OPAS (2010) - Sala de Situação em Saúde: compartilhando as experiências do Brasil / Organização Pan-Americana da Saúde; orgs. José Moya, et al. - Brasília : Organização Pan-Americana da Saúde, Ministério da Saúde, 2010, 204 p.: il. ISBN: 978-85-7967-005-3
SAKELLARIDES, CT; Pedro, AR & Mendes, MS (2009) *Knowledge-centered Health innovation: the case for Citizen Health Information Systems*, in Kickbusch, I (Editor) *Policy innovation for Health*. New York: Springer.
Samaja, J. (1996) *Muestras y representatividad en vigilancia epidemiológica mediante sitios centinelas*. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 12(3): 309-319, 1996.
UNAIDS (December 2009) *Aids epidemic update*. Geneva, Switzerland: WHO Library Cataloguing-in-Publication Data (acesso em www.unAids.org).

Redes de solidariedade digitais e responsabilidade jornalística

Carlos Sandano*

A utopia daqueles que pensam o espaço cibernético como o lugar onde se efetiva o sonho democrático da solidariedade global, passando pela redenção dos excluídos, é periodicamente reafirmada a partir do uso das redes digitais como resposta a eventos como o terremoto que devastou o Haiti em janeiro de 2010, ou para pontualmente fazer circular informações de modo mais eficaz do que a imprensa, caso dos atentados terroristas em Nova York, Londres e Madri na primeira década do século XXI. São ocasiões em que a comunicação cibernética, diante da situação-limite da tragédia, oferece uma resposta ágil e eficiente, mobilizando pessoas, recursos e informação em uma escala planetária de fato.

Redes de solidariedade efetivam nestes momentos o potencial social das redes digitais e levam alguns autores a idealizarem-na como

território liberto. Castells, um dos pesquisadores mais citados em trabalhos sobre comunicação em plataformas digitais, fala de uma força quase inexorável, em consequência da estrutura aberta e em rede da internet, de democratização e liberdade (Cf. o primeiro capítulo de CASTELLS, 2001 Vol. 1, pp. 49-87; e também o segundo capítulo de CASTELLS, 2003, pp. 36-56).

Estruturalmente, de fato temos uma ferramenta desenvolvida a partir de informações não proprietárias em que não apenas poucos falam a muitos (um → todos), mas em que todos falam com todos (todos ↔ todos) e em que ganha importância a interatividade (um-para-o-outro) e a personalização. Amplia-se espacial e temporalmente os locais onde se pode obter informações sobre, virtualmente, qualquer assunto e em vários níveis de profundidade. Sendo um meio aberto e descentralizado, pode proporcionar práticas transformadoras para o “combate no campo da subjetividade” (CANCLINI, 1983, p. 41). Mas há também as visões distópicas que enumeram problemas ampliados ou mesmo criados também pelas redes digitais, como a falta de privacidade, o narcisismo exagerado, as correntes de boatos e os ataques agressivos a pessoas e instituições sem bases factuais etc.

No entanto, não é necessário aqui atualizar a dicotomia expressa por Umberto Eco, transformada em conceito fetiche tal como temia seu autor, entre apocalípticos e integrados, tampouco citar a ideia de que a tecnologia é o que se faz dela, por considerá-la uma tautologia (qualquer ferramenta, dentro de suas potencialidades, é aquilo que o ser humano lhe dá uso), mas vale ressaltar que a web abre novas dimensões para as ações humanas, ampliando práticas sociais e facilitando articulações inéditas entre culturas e interesses distintos, o que pode significar tanto práticas comunicacionais que levem a melhores situações humanas e estruturas sociais, quanto o resgate de ideologias autoritárias e limitações à dialogia.

Tendo assim em perspectiva a distinção entre as potencialidades imaginadas e as que de fato podem e muitas vezes já são efetivadas das plataformas digitais, em relação à sociabilidade, suas características reforçam a ideia de uma mídia liberta, mas liberta como possibilidade a ser efetivada dentro das probabilidades geradas por um contexto social já existente.

Diante da ampla variedade de estruturas comunicacionais que surgem a partir das mídias digitais – e da dinâmica que não permite falar em formas consolidadas –, ressalta-se a ênfase constante no termo "interatividade". Há a valorização e a intensificação da ideia de interação, assim como do alcance deste novo meio e sua velocidade. Ou, como coloca Garcia (2005, p. 11):

Un público que evoluciona desde la consideración tradicional de la audiencia (circunscrita, generalmente, a la recepción pasiva de los contenidos predeterminados por el medio de difusión) a la de usuario activo de los medios digitales (con capacidad para interactuar con la información y con los medios que consume de muy diversas formas, así como para establecer redes de intercambio de información con otros usuarios e incluso para constituirse en emisor de la información).

Agora, é preciso ressaltar que nem todas estas associações fornecem vínculos sociais fortes. Após acompanhar casos de resistência cultural e econômica em diversas partes do mundo na década de 90 do século 20, a jornalista canadense Naomi Klein (2003, p. 479) conclui:

Embora muitos tenham observado que os recentes protestos de massa teriam sido impossíveis sem a internet, o que foi esquecido é como a tecnologia da comunicação que facilita essas campanhas está moldando o movimento à sua própria imagem [...] o consenso forçado e manifestos elaborados desaparecem ao fundo, substituídos por uma cultura de troca de informações constante, frouxamente estruturada e às vezes compulsiva.

Uma troca compulsiva de informações que, no campo da saúde, pode gerar situações de risco. Giamil (2009), por exemplo, alerta que “as principais reações médicas ao fornecimento do Viagra na internet manifestaram preocupação em relação ao desenvolvimento dessa situação, que não leva em conta os riscos potenciais. O desenvolvimento das prescrições *online* escapa, como sabemos, ao controle dos médi-

cos”. E ainda na última década do século passado, Alejandro Jadad e Anna Gagliardi (1998) alertavam no *The Journal of the American Medical Association*, após lembrar as vantagens proporcionadas pelo rápido crescimento da internet, para os muitos efeitos prejudiciais que o uso inadequado desta ferramenta de comunicação poderia acarretar tanto a pacientes quanto aos profissionais da saúde.

Mas, a partir do entendimento da dinâmica dos usos destas redes sociais, é possível ir além e pensar em participações dialógicas sistêmicas e responsáveis, desde que exista um trabalho de comunicação que explore estas potencialidades de maneira consciente. Aliás, Sonia Geraldês coloca em primeiro plano a necessidade de se construir um diálogo permanente entre os discursos médico, jornalístico, preventivo e o vivido pelas portadoras, momentos diferentes articulados pela sua pesquisa. Já Osvaldo Freire Joaquim Varela aponta para a centralidade das redes de relações sociais entre as ações de controle da Aids em um cenário dos mais dramáticos. Ele sugere (VARELA 2009, p. 120) ao final de seu estudo sobre as redes sociais de portadores de HIV/Aids em Cabo Verde, “a criação de uma rede de organizações/instituições que ligue e articule as pessoas com HIV/Aids a vários serviços, multiplicando seus laços institucionais”.

Ao apontar as lacunas deixadas pelas campanhas de prevenção da Aids nos casos brasileiro e mexicano, Sonia Geraldês demonstra a necessidade de se compreender amor e morte, confiança e risco, prazer e medo, indo além de leituras racionalistas da síndrome. Ela conclui que estratégias mais comunicativas de conscientização para a prevenção, devem levar em consideração a “negociação” feminina do prazer, a preocupação feminina com a manutenção dos relacionamentos bem como a utilização dos espaços públicos para transformar comportamentos e hábitos.

Neste contexto, gostaria de salientar a figura do jornalista, argumentando ser a mediação da comunicação um elemento fundamental para efetivar de fato as potencialidades dialógicas das plataformas digitais. Por comunicação dialógica entende-se aqui o processo no qual o sentido dos discursos em um conjunto polifônico de vozes acontece pela interação complexa que reflete e refrata cada uma dessas falas. Tal enfoque polifônico “nada tem em comum com o relativismo (e

igualmente com o dogmatismo)”, pois o “relativismo e o dogmatismo excluem igualmente qualquer discussão, todo diálogo autêntico, tornando-o desnecessário (o relativismo) ou impossível (o dogmatismo)” (BAKHTIN, 1997, p. 69). Para que se estabeleça o diálogo, é condição a reciprocidade da ação interior, ou seja, o ser humano é o determinante cognitivo que formata o diálogo. Neste sentido, “dois homens que estão dialogicamente ligados devem estar obviamente voltados um-para-o-outro; devem, portanto, – e não importa com que medida de atividade ou mesmo consciência de atividade – ter-se voltado um-para-o-outro” (BUBER, 1982, p. 40). É ainda importante recordar a importância dos fatores extralinguísticos, tal como aponta Bakhtin (1986, p. 35) ao afirmar que “a consciência individual é um fato socioideológico”.

Se as novas formas de interação entre o usuário e o conteúdo apontam para a reformulação no fazer jornalístico, considera-se que a mediação continua a ser condição necessária para a dialogia, ainda mais essencial em um ambiente de interatividade. Mas outros elementos são requeridos para a construção deste espaço dialógico. Assim, a reformulação da figura de um mediador profissional (o jornalista) precisa continuar a ter como parâmetro o diálogo, tal como aponta Medina (2004, p. 6):

Enquanto insistirmos na competência do fazer, despojada de significado humano, pouco se avançará no diálogo possível numa sociedade em que impera a divisão, a grupalidade, a solidão. Se os meios são de comunicação, que se encare então o que é comunicar, interligar. O maior obstáculo é o dirigismo com que se executam as tarefas de comunicação social [...] O diálogo é democrático; o monólogo é autoritário. O primeiro interpreta as vozes dos grandes movimentos populares do século XX; o segundo satisfaz ao jogo da livre expressão, plataforma do liberalismo, nos séculos XVIII e XIX.

Como já observei (SANDANO, 2006) anteriormente, na dinâmica de retroalimentação informativa, o processo de mediação pede necessariamente um sujeito da ação. E para conseguir acompanhar

tal processo, em que o “ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata” (BAKHTIN, 1986, p. 46, grifo do autor), o mediador não pode permanecer apenas no ponto de vista do lugar de sua fala, mas se embrenhar no lugar do qual se fala, da realidade que é objeto (sujeito) de sua narrativa. Isso acontece quando o jornalista exerce de forma ativa o seu papel de mediador, desvendando as múltiplas realidades existentes em cada fato do cotidiano. Também acontece nas páginas da internet quando há a comunicação em rede e não a mera reprodução da lógica de um centro de difusão da informação-mercadoria. As mídias digitais abrem novos campos para a efetivação da dialogia, reproduzindo e hibridizando culturas de modo intenso.

Em um trabalho, no qual analiso o fluxo de mensagens sobre camponeses brasileiros e mexicanos, aponto que o problema para uma comunicação mais eficaz e humana não está nos aspectos ideológicos, mas decorre de escolhas gerenciais e técnicas. A procura por perspectivas inaugurais de dialogismo leva à constatação da necessidade de se entender melhor a presença de conjuntos mediadores, que funcionam como intérpretes entre realidades distintas, às vezes divididas em grupos socialmente diversos. A proposta central passa então da hipótese inicial de que as comunidades cibernéticas estruturam uma nova forma de espaço público para a indagação sobre as práticas de mediação que possibilitem a abertura para o dialogismo em culturas que se hibridizam dinamicamente. No processo desta reformulação, há de se pensar então quais são e o que são as formas de mediação que possibilitam a completude da comunicação social.

Tomo como referência aqui o conceito de narrativas da contemporaneidade, o repórter que objetiva a sua marca autoral, ou seja, imprime sua subjetividade ao texto, ensaiando redes de significado a partir de uma ação comunicativa. São “mediadores-autores” que igualmente inspiram-se “constantemente na literatura (*lato sensu*, o gesto da arte) e na oratura polifônica” das diferenças culturais possibilitando refletir a interface entre jornalismo e arte que se persegue em um trabalho que busca descortinar as convenções literárias de um novo meio.

Com a internet, abrem-se possibilidades para um contato mais direto com o empirismo dos acontecimentos cuja representação sim-

bólica se concretiza no fato jornalístico tradicional. Ao mesmo tempo torna-se claro, com as mídias digitais, que a comunicação social não é monopólio dos profissionais da comunicação. Há cada vez mais espaços para que a narrativa dos fatos seja realizada por “não jornalistas”. Espaços que são ocupados de maneira cada vez mais acentuada.

A descoberta do uso social da comunicação cibernética parece fortalecer a afirmação dos McLuhan (2005a, p. 121), feita em 1966, de que cada homem se tornaria um editor, invertendo a relação entre público e escritores. Tomando a ferramenta blog como exemplo, temos uma comunicação pública como as tradicionais mídias *broadcast*, cuja projeção, no entanto, depende não de uma grande audiência, mas de sua posição dentro de uma rede. Para José Luis Orihuela,

Salvo un puñado de casos excepcionales, los blogs son medios de escala comunitaria o social. En consecuencia, su influencia y repercusión no pueden ser analizadas con los mismos parámetros que se utilizan para valorar los medios de masas. La proyección de un blog no tiene que ver directamente con su tráfico, sino más bien con su posición dentro de la red. La capacidad de influencia de los blogs está mediatizada por la blogosfera en la que se inscribe y que opera como caja de resonancia de las noticias y opiniones publicadas en los sitios más modestos.

Assim, à contemplação passiva derivada das relações midiáticas segue-se uma frenética e caótica troca de mensagens que se convencionou chamar de mídias sociais ou *Web 2.0*, termos que descrevem uma vasta gama de fenômenos e gêneros comunicacionais, todos marcados pela valorização da autoexpressão criativa (conteúdo sendo produzido e distribuído pelos usuários que consomem esses conteúdos). A mídia passa a ser entendida, então, como um sistema total (ou “*ecosystem*”, na terminologia de Mark Deuze) em que o consumidor também pode se apresentar simultaneamente como produtor e não mais apenas como “audiência”. Ao se falar em jornalismo seja pela vertente dialógica ou pela que se caracterizou chamar de jornalismo cidadão/participativo (“o ato de um cidadão

ou grupo de cidadãos que desempenham um papel ativo no processo de coletar, reportar, analisar e disseminar informação” – Bowman e WILLIS, 2003), estamos discutindo democracia, o combate à censura e a apropriação social da tecnologia.

Mas entender a internet como um meio barato e fácil de propagação de ideias não necessariamente a formata em um diálogo polifônico: pode apenas acrescentar novas vozes à cacofonia. É nesse sentido que se aponta para a necessidade da presença de intérpretes da realidade, de narradores que organizem o caos em um cosmos, estabelecendo pontes entre realidades estratificadas (Cf. MEDINA, 2003, *passim*). E além dos necessários narradores da contemporaneidade, há o mediador que navega por estas narrativas, selecionando-as, contextualizando-as, relacionando-as, enfim organizando-as. (SANDANO, 2008).

Nas redes sociais que se formam nos espaços cibernéticos, o lugar de partida dos fluxos informativos – ou seja, o ambiente no qual acontece o processo comunicativo – interfere no espaço interativo, sendo necessário um processo dinâmico de edição, onde as escolhas eticamente feitas definem hierarquias e pontos de vista neste pequeno espaço de relações humanas aberto a outros espaços, desde que inserido em redes de comunicação. Espaços não mediados rapidamente se transformam em espaço de conflito ou em simples alinhamento de posições ideológicas.

Aqui é interessante lembrar, como faz Medina (1988, p.34), da diferenciação estabelecida por Moles entre a “cultura antiga”, definida como uma pirâmide cultural cuja fonte primordial é a educação, e a “nova cultura”

que Moles chama de mosaico em oposição à anterior (coerente) [...] formada por duas camadas: a alimentada pelos *mass media*, ‘fluxo contínuo de mensagens de toda espécie, de todos os sentidos, mas dirigindo sem esforço e sem duração fragmentos de conhecimentos disparatados, perpetuamente submetidos ao esquecimento’ (o que Lévy-Strauss chama de *culturemas*). A outra constituída pela sociedade intelectual dos criadores, ‘absorve os elementos que lhe

são propostos para fazer uma série de outras mensagens que vão ser difundidas pelos *mass media*’ (no fluxo dos *culturemas*).

Cabe assim primeiro compreender “tanto a condição humana no mundo como a condição do mundo humano, que, ao longo da história moderna, se tornou condição da era planetária” (MORIN, 2000, p. 63). Como lembra Merton (1970, p. 562), falando de uma época anterior à informática, “mediante a exploração da diversidade das formações de grupo – gerações, grupos de posição, seitas, grupos profissionais – e de seus modos característicos de pensar pode encontrar-se uma base existencial correspondente à grande variedade de perspectivas e conhecimentos que realmente predominam”.

Neste cenário, autores como Cremilda Medina e Edgar Morin oferecem caminhos que nos libertam dos esquemas tecnicistas legados pelo positivismo e que por muito tempo influenciaram – e, como um espectro, ainda influenciam – os estudos da Comunicação, esquemas nos quais o jornalismo é entendido como uma atividade dominada por uma objetividade burocrática que atende plenamente as necessidades industriais das corporações midiáticas. Mas como a autora salienta, assim como há alternativas plurais, também existe uma demanda reprimida por uma narrativa que revele a polissemia do presente, o que nos obriga a constantemente repensar nossa área de pesquisa. Assim, o que aqui se propõe é buscar nas novas estruturas narrativas tornadas viáveis pelas mídias digitais a oportunidade para desbravar alguns destes caminhos, no momento em que esta crise de paradigmas é acompanhada por uma desestruturação dos modelos de negócios no qual a informação (e a arte) é fundamentalmente mercadoria.

Assim, a reformulação da figura de um mediador profissional (o jornalista) precisa continuar a ter como parâmetro o diálogo, tal como aponta Medina (2004, p. 6): “enquanto insistirmos na competência do fazer, despojada de significado humano, pouco se avançará no diálogo possível numa sociedade em que impera a divisão, a grupalidade, a solidão. Se os meios são de comunicação, que se encare então o que é comunicar, interligar”. Isso, claro, sem esquecer os ele-

mentos idealmente constituintes do Jornalismo (destaca-se aqui o compromisso ético com o Direito Social à Informação e a capacidade de relação com a realidade social).

Se isso continuará a ser denominado Jornalismo e será exercido por um profissional especializado, é uma questão que permanece aberta, apesar de alguns já profetizarem a morte do jornalista. Mas o intérprete é necessário para que flua o processo comunicacional e se escape das reafirmações ideológicas estanques dos intragrupos. O mediador é a figura que cria, de maneira ampla, os canais de dialogia entre cidadania e subcidadania, entre os grupos sociais organizados e os que (ainda) não possuem meios de vocalizar suas ideias, medos, anseios, dilemas, alegrias e problemas. E, deste modo, abre, por meio do processo de mediação, perspectivas de relações sociais intragrupo, articulando a inserção no espaço globalizado e na temporalidade do instantâneo com a vivência do presencial e da temporalidade dos ciclos naturais em um espaço geograficamente definido.

A procura por perspectivas inaugurais de dialogismo, originada por vozes silenciadas frente a outros agentes sociais e possibilitada por meios não massivos, leva assim à constatação da necessidade de entender melhor a presença de conjuntos mediadores, que funcionam como intérpretes entre realidades distintas, às vezes divididas em grupos ideologicamente distintos. A proposta central passa então da hipótese de que as comunidades cibernéticas estruturam uma nova forma de espaço público para a indagação sobre as práticas de mediação que possibilitem a abertura para o dialogismo em culturas que se hibridizam dinamicamente. No processo desta reformulação, há de se examinar então quais são e o que são as formas de mediação que possibilitam a completude da comunicação social.

Deste modo, se propõe a transformação do trabalho jornalístico frente à consolidação das tecnologias digitais da informação, pensando o profissional da comunicação como um mediador a se capacitar para a construção das pontes necessárias entre as distintas realidades sociais. Este chamado a colocar o ser humano no centro do processo comunicativo é um indicativo de quão longe se está da combinação de “otimismo tecnológico com o mais radical pessimismo político” que “busca legitimar, através do poder dos meios, a onipresença me-

diadora do mercado” ou então da análise que leva “em conta os meios na hora de construir políticas culturais que façam frente aos efeitos dessocializadores do neoliberalismo” (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 12, grifos do autor).

O jornalista, inserido em um processo de produção que valoriza prioritariamente a produtividade, se baseia em fontes legitimadas “aprioristicamente”, quer dizer, fontes já selecionadas antes do contato empírico com a realidade ou até mesmo sem passar por esta experiência do contato humano com os sujeitos da notícia. Seja a partir da análise quantitativa, seja na qualitativa, o que transparece é a mesma tendência ao entender as instituições, também elas instâncias mediadoras, como objetos “monolíticos”, sem que transpareçam as suas contradições. Não se realiza o contato empírico com a realidade a qual se narra, ao menos não de modo a iluminar a polissemia de realidades complexas. O foco na tecnologia deixa escapar os contextos nos quais se dá a apropriação e a re-significação dos processos informativos que, ao mesmo tempo em que introduzem novos elementos e ampliações, também dão continuidade muitas das discussões e reflexões sobre o lugar do Jornalismo na sociedade. Há também uma forte tendência de se considerar a autoexpressão criativa (conteúdo sendo produzido e distribuído pelos usuários que consomem esses conteúdos) como um dos pontos fortes da dimensão midiática contemporânea, no que se convencionou denominar por mídias sociais.

Mas a partir do trabalho de mediadores capacitados e afetivamente ligados a esta dimensão do humano, as mídias digitais abrem campos para a efetivação da dialogia, reproduzindo e hibridizando culturas de modo intenso, podendo consolidar um processo imaginado por McLuhan (2005b, p.17) nos anos 1960, aproximando-se

da fase final das extensões do homem: a simulação tecnológica da consciência, pela qual o processo criativo do conhecimento se estenderá coletiva e corporativamente a toda sociedade humana, tal como já se fez com nossos sentidos e nossos nervos através dos diversos meios e veículos.

O que se quer dizer aqui é que os caminhos epistemológicos para o Jornalismo são tão múltiplos quanto os interesses humanos e tão possíveis quanto as especificidades de cada arranjo social. Ao realizar a apropriação da tecnologia a partir de um conceito do que deva ser a prática jornalística, pode-se abrir novos caminhos para organizar o caos informativo das redes digitais em um cosmos que efetive a sua potencialidade de inclusão discursiva.

Retornando às questões propostas pelo trabalho de Sonia Geraldine, temos então que os fluxos informativos digitais podem facilitar a troca de experiências cotidianas entre médicos, jornalistas e portadores do vírus da Aids. Também há as redes descentralizadas de voluntários, ferramentas preciosas no diálogo com agentes comunitários, além de muitas vezes fundamentais em situações tóxicas, como, por exemplo, encontrar doadores apropriados. Até mesmo uma de suas características criticadas em outros usos, o anonimato, pode ser útil quando temos uma situação ainda cercada de preconceitos e ações discriminatórias.

Vale aqui lembrar como Innerarity (2002, p. 27) conceitua contingência: “possibilidade de que as coisas sejam de outra maneira e convida a procurar alternativas”. Se no caso dos políticos há o problema da credibilidade, que “não é a carência de virtudes mas o saber escasso, a pobreza da iniciativa e da imaginação, a indecisão e a rotina, a falta de consciência das novas responsabilidades que as mudanças sociais e políticas trazem” (ibidem, p. 79), na contingência de uma situação complexa como a enfrentada pelos portadores do HIV e seus familiares, estas mudanças precisam ser abordadas tendo o ser humano no centro de processo comunicativo complexo.

Mas, no desbravar dos caminhos para as narrativas do cotidiano, no ainda hostil (para a comunicação dialógica) espaço digital, ressalta-se ainda uma vez mais a figura do mediador, seja ele o jornalista, o médico ou mesmo pacientes sensibilizados para a prática dialógica. Assim, podem ser efetivadas redes que possibilitem as interações humanas como um conjunto de possibilidades geradas por um rico e amplo campo de matrizes culturais onde se cruzam e se hibridizam histórias, afeições e percepções, em uma trama complexa e interdependente.

Isso leva ainda a outra dimensão da mediação, que é o exercício da tolerância virtuosa. Dialogar com tolerância, ou seja, praticar o dialogismo, é estar aberto à aprendizagem, criando *hic et nunc* as condições dinâmicas para a convivência humana. A possibilidade de abarcar ideias contraditórias em um todo complexo está diretamente relacionada ao conceito de tolerância, que Eco (2001) qualifica como “um dos mais fortes e menos discutíveis” da civilização ocidental. Para o autor italiano, “julgamos madura a nossa cultura porque ela sabe tolerar a diversidade, e bárbaros aqueles que, mesmo pertencendo a nossa cultura, não a toleram”. Paulo Freire também nos fala de tolerância, não como condescendência ou indulgência do tolerante em relação ao tolerado, mas de “virtude da convivência humana” que possibilita “a qualidade de conviver com o diferente” em que ambos se toleram:

O que a tolerância autêntica demanda de mim é que respeite o diferente, seus sonhos, suas ideias, suas opções, seus gostos, que não o negue só porque é diferente. O que a tolerância legítima termina por me ensinar é que, na sua experiência, aprendo com o diferente. (FREIRE, 2005, p. 24, grifo do autor).

Tal afirmação de uma visão humana da vida em sociedade fica ainda mais clara quando o autor explica que “na tolerância virtuosa não há lugar para discursos ideológicos, explícitos ou ocultos, de sujeitos que, julgando-se superiores aos outros, lhes deixam claro ou insinuam o favor que lhes fazem por tolerá-los”. (ibidem p.24).

Esta ideia de tolerância precisa ser praticada para que os sujeitos, ainda mais em uma situação em que ainda há forte discriminação como é o caso dos portadores de HIV, sejam entendidos a partir de suas realidades específicas, com o auxílio de um mediador que traduza o significado de seus valores e dos significados envolvidos no cotidiano de enfrentamento da doença. Também implica distinguir a releitura desta resistência a partir de valores exógenos a estes sujeitos da abertura a visões realmente novas que a hibridização de sua cultura provoca no contato com a tradição histórica de cada matriz cultural.

McLuhan fala como o século XX marcou a passagem do linear e sequencial, associados ao impresso, para o simultâneo e o integral, relacionadas tanto à comunicação oral quanto aos meios eletrônicos. Neste deslocamento dos segmentos especializados da atenção para o campo total, muda nossa perspectiva em relação ao mundo e, conseqüentemente, o posicionamento do jornalista no mundo. Eis a questão aberta à pesquisa e à reflexão que inspira o Foro Permanente de Reflexão sobre a América Latina.

*Carlos Sandano, jornalista desde 1992, com passagens pela *Folha de S. Paulo*, Editora Abril e *Gazeta Mercantil*, entre outros meios de comunicação, é pós-graduado em Teorias e Técnicas de Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam) da Universidade de São Paulo. Doutorando em Epistemologia, Teoria e Metodologia da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da USP, é também diretor de conteúdo da Pluricom Comunicação Integrada e professor de jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Notas

(5) O site da Deutsche Welle (<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,5155430,00.html>, postado em 21 de janeiro de 2010) informa que “para os milhões de exilados haitianos, a internet é no momento a principal ligação com a terra natal. É por meio dela que eles procuram saber se amigos, parentes e conhecidos sobreviveram à tragédia”. Além disso, “por meio do serviço de microblog Twitter são trocadas informações” como quais hospitais estavam abertos e a localização de pessoas vivas sob os escombros. E doações foram coletadas por meio das redes sociais na internet, “atingindo assim o público jovem”, mesmo com o problema de nem sempre ser “possível saber quem está por trás dos pedidos”.

(6) Grande parte da tecnologia em torno da internet foi distribuída livre e gratuitamente, o que possibilitou a sua expansão e interconexão. O físico inglês Berners Lee, por exemplo, desenvolveu o primeiro navegador Web nos anos 90 e disponibilizou o código na própria internet. Por causa disso, os demais programadores passaram a desenvolver seus próprios navegadores utilizando este código. Outros exemplos de tecnologias importantes para a configuração da internet que foram compartilhadas são o Modem, o http e o sistema UNIX, sobre o qual rodam a maioria dos servidores Web. Para uma história do desenvolvimento tecnológico da internet Cf. CASTELLS, 2001 V.1, p. 57 – 77; CASTELLS, 2003, p. 13 – 33; e DERTOUZOS, 1998, p. 48 – 70.

(7) CF SANDANO (2006). Na dissertação de mestrado, minha pesquisa apontou que se a efetivação das potencialidades dos meios digitais [mais especificamente, a efetivação de suas potencialidades para a construção de uma sociedade democrática baseada em uma comunicação dialógica] depende de um universo amplo de probabilidades criadas pelas conjunturas históricas e pela dinâmica das relações culturais, políticas, econômicas e sociais.

(8) “Narrativa dos fatos contemporâneos que ensaie, ao mesmo tempo, a polifonia e a polisssemia do presente, o enraizamento na história, na cultura e nas identidades míticas, bem como a enunciação de tendências projetivas” (MEDINA, 1999, p. 86).

(9) MEDINA (1999), p. 202.

(10) MEDINA (1999), p. 77.

(11) A partir de 1999 começaram a surgir *softwares* de publicação que privilegiavam a escrita espontânea e sem custos para o usuário. Isso significa que além de acessar informações, qualquer pessoa poderia produzir conteúdos sem a necessidade de conhecimentos técnicos de informática. Os primeiros usos massivos de publicadores foram os Blogs, que passaram de 50 usuários em 1999 para cerca de 70 milhões em 2007. Atualmente, os publicadores são utilizados em redes como Orkut, Wikipedia e Facebook, possibilitando a inclusão de conteúdo em múltiplos formatos de mídia, além de texto, como imagens no Flickr e vídeos no Youtube.

(12) “*Today’s media world must be typified as an ecology where consuming has becomes synonymous with producing*”. (Hoje o mundo da mídia pode ser tipificado como um sistema ecológico onde o consumo se tornou sinônimo de produção). DEUZE, 2005.

(13) Para uma “análise mais profunda dos traços fundamentais para o perfil de um produtor de informação na democracia”, Cf. MEDINA, 1988, p. 146 – 148.

(14) “*Uno dei più forti e dei meno discutibili*”.

(15) “*Giudichiamo matura la nostra cultura perché sa tollerare la diversità, e barbari quegli stessi appartenenti alla nostra cultura che non la tollerano*”.

(16) CF McLuhan, 2005a, passim, e McLuhan, 2005b, pp. 21 a 82.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BOWMAN, Shayne e WILLIS, Chris. *We Media: How audiences are shaping the future of news and information*, The Media Center at The American Press Institute, 2003. Disponível em <www.hypergene.net/wemedia/>.
- BUBER, Martin. *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- CANCLINI, Néstor García. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CASTTLES, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- CASTTLES, Manuel. *A sociedade em rede*, 1º volume de *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- DERTOUZOS, Michael. *O que será: como o novo mundo da informação transforma nossas vidas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DEUZE, Mark. *Towards professional participatory storytelling: Mapping the Potential*. In MIT4 conference, 6-8 maio 2005, Cambridge (EUA). Disponível em < <http://web.mit.edu/comm-forum/mit4/papers/Deuze.pdf> >.

ECO, Umberto. *Le guerre sante passione e ragione*. In *La Repubblica*, Roma, 5 out. 2001. Disponível em < www.repubblica.it/online/mondo/idee/eco/eco.html >.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Tolerância*. São Paulo: UNESP, 2005.

GARCIA, Guillermo López (ed.). *El ecosistema digital: modelos de comunicación, nuevos medios y público en internet*. Valência (Espanha): Servei de Publicacions de la Universitat de Valencia, 2005.

GIAMIL, Alain. *Da impotência à disfunção erétil. Destinos da medicalização da sexualidade*. Physis vol.19 no.3 Rio de Janeiro 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000300005

INNERARITY, Daniel. *A transformação da política*. Editorial teorema, 2002

JADAD, Alejandro R. Jadad; GAGLIARDI, Anna Gagliardi. *Rating Health Information on the internet*. JAMA. 1998; 279(8):611-614. doi: 10.1001/jama.279.8.611

KLEIN, Naomi. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. São Paulo: Record, 2002.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MCLUHAN, Marshall. *McLuhan por McLuhan: entrevistas e conferências inéditas do profeta da globalização*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005a.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media)*. São Paulo: Cultrix, 2005b.

MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano*. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MEDINA, Cremilda. "Caminhos e descaminhos da reportagem-ensaio". In *Caminhos do saber plural*. São Paulo: ECA/USP, 1999.

MEDINA, Cremilda. *Entrevista, o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 2004.

MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: Summus, 1988.

MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

ORIHUELA, José Luis. *Qué son los blogs y cómo dejar de confundirlos con otra cosa*. Publicado 25 de janeiro de 2009 e disponível em <http://www.ecuaderno.com/2009/09/15/que-son-los-blogs-y-como-dejar-de-confundirlos-con-otra-cosa/>.

SANDANO, Carlos. *Mediação e política na era da reprodutibilidade em rede*. In *Aurora*, Revista digital de Arte, Mídia e Política Nº 3, 2008. – NEAMP – Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP.

SANDANO, Carlos. "A mediação na era da reprodutibilidade em rede: análise da cobertura jornalística sobre o MST e o EZLN nos jornais impressos e na internet". Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, 2006.

VARELA, Osvaldo Freire Joaquim. "Aids e Solidariedade - um estudo sobre as redes sociais de portadores de HIV/AIDS em Cabo Verde". Tese de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, 2009. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp116106.pdf>.

Uma nova cura pela palavra

Edson Capoano*

Sigmund Freud descobriu que os males do corpo podiam ser curados pelo ato de se comunicar. A construção livre de uma narrativa por parte do indivíduo colocaria ordem no caos que o levava ao tratamento terapêutico. Enquanto a paciente Anna O. dividia tormentos pessoais com Freud e Josef Breuer, libertava-se de seus traumas e reconectava seu corpo e alma.

O famoso psicanalista, que trabalhava inicialmente com hipnose para alcançar o âmago dos problemas de seus pacientes, percebeu que a livre associação de ideias criada por eles demonstrava-se mais eficiente. A geração de uma narrativa autoral, junto ao psicólogo, este como um mediador, tutor e estimulante, gerava mais informações sobre os problemas de saúde que a construção hipotética do psicólogo sobre o indivíduo. A sessão terapêutica trazia à tona pensamentos reprimidos, de livre forma associativa das ideias, proporcionando narrativas inconscientes e fora da repressão do próprio paciente.

Outro humanista de referência, Joseph Campbell, também identificou uma cura pela palavra, mas de maneira antropológica e mitológica. Estudando as práticas xamânicas, viu como indivíduos ajudavam os membros de suas comunidades a dialogar com seus anseios mais profundos, por meio de imagens arquetípicas e imemoriais. Como diz Campbell, “aquele que viveu essa experiência psicológica, essa experiência traumática, esse êxtase, viria a se tornar, para os demais, o intérprete das coisas invisíveis.” (1988:92).

Bystrina reafirma tal intermediação, quando afirma que os xamãs agiam sobre as realidades, material (primeira realidade) e subjetiva (segunda realidade), seja de forma humana, como membros de suas comunidades, seja como deuses, organizando o caos do universo:

“A partir da visão da Semiótica da Cultura pode-se entender os xamãs como especialistas que se movem entre o ‘lado de lá’ e o reino dos animais e dos homens; entre o mundo dos animais, dos espíritos e dos homens, intermediando a segunda realidade. A sua atuação tem por meta coibir as forças que se voltam contra o bem-estar dos homens em geral.” (BYSTRINA,1995:1)

O escritor prêmio Nobel de Literatura, Mario Vargas Llosa, reitera a importância da organização do mundo, objetivo e subjetivo, espiritual e físico:

“De uma maneira sub-reptícia, as palavras reverberam em todas as ações da vida, até mesmo nas que parecem muito distantes da linguagem. Isso, na medida em que, graças à literatura, evoluiu até níveis elevados de refinamento e de sutileza nas nuances, elevou as possibilidades da fruição humana, e, com relação ao amor, sublimou os desejos e alçou à categoria de criação artística o ato sexual.” (LLOSA,2009)

Na literatura, Vargas Llosa romanceou em seu *El hablador* a história de uma espécie de mediador simbólico indígena, cujo papel social era manter viva uma memória social por meio dos relatos que contava à sua comunidade, machiguenga, dispersa pela amazônia peruana, dando-lhes sentido frente à desarticulação de seu mundo frente à cultura europeia, invasora. Um machiguenga relata no livro:

“Todos nasceram do falar (...) Algumas coisas sabem sua história e as histórias das demais; outras, só a sua. O que sabe todas as histórias terá a sabedoria, sem dúvida. (...) A palavra existiu antes deles. Depois, o que dizia a palavra. O que o homem falava, ia dizendo, aparecia. Isso era antes. Agora, só fala o ‘falador’.” (LLOSA, 2008:146)

Estes três casos nos servem de referência para entendermos a importância da relação entre comunicar e curar, nos âmbitos físico e objetivo, mental e subjetivo. Em tempos de novas revoluções tecnológicas, que por vezes acentuam o mecanicismo e o positivismo das práticas sociais, nunca é demais voltarmos a atenção às potencialidades e limitações que o diálogo tem sobre o corpo humano, este uma complexa intersecção entre natureza biofísica, natureza social e cultura. Assim propõe o pesquisador brasileiro Norval Baitello:

“Eis a mídia primária. Impensável qualquer interação de um indivíduo com outros indivíduos sem o corpo e suas muitas e múltiplas linguagens, os sons, os movimentos, os odores, os sabores e as imagens que se especializam em códigos, conjuntos de regras com seus significados, ‘frases’ e ‘vocábulos’ corporais. O franzir do cenho, as rugas e os vincos, o leve e sutil microgesto das sobranceiras que acenam, o dançar das mãos, o dar os ombros, os milhares de olhares, o muxoxo, o riso, o sorrir e o gargalhar, o choro e o choramingo, a infinidade de nuances de movimentos labiais, a voz e suas modulações, o sentar-se e o estar sentado, qualquer que seja o movimento ou sua ausência, haverá sempre um sentido, uma mensagem a ser lida por um corpo vivo diante de outro corpo.” (BAITELLO JR., Norval. 1999:2)

Hoje em dia, e por incrível que possa aparecer, a ênfase nas técnicas e nas tecnologias tende a diminuir a importância do corpo e da comunicação do indivíduo no tratamento médico. Desde a simbólica invenção do estetoscópio, ícone do afastamento entre médico e paciente, cada vez mais se vê, nos consultórios e corredores hospitalares, seres humanos interpretados por meio de dados em uma pranche-

ta e por telas de ultrassom. Muitas dessas práticas funcionalizadas confundem-se com o raciocínio de consumo de produtos, já que ressaltam a novidade, a exclusividade e a tecnologia em detrimento das relações humanas. Em um mundo cujo discurso está mecanizado, a retomada de métodos medicinais humanizados se torna tão importante quanto a cura das enfermidades.

Essa reflexão, que vem do próprio âmbito da medicina, foi muito bem desenvolvida pelo especialista Eduardo Massad em um livro da série São Paulo de Perfil, organizado por Cremilda Medina por ocasião dos 90 anos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. À época (2002), Massad era vice-diretor e havia tido um importante papel na implantação da telemática nos procedimentos médicos. No entanto, na lucidez ensaística do texto em questão, intitulado "O toque que consola", recupera o ato de relação direta médico-paciente e uma medicina que "escuta a dor" antes de prescrever a cura da doença. Em contraponto à absoluta eficiência técnica, adverte o pensador:

"Por outro lado, o médico que tem como profissão de fé o alívio da pessoa e não do corpo, este jamais será substituído por sistema algum. Não há máquina no mundo capaz de compaixão!" (MASSAD. 2002: 65)

Cremilda Medina investiga o papel do mediador como agente de uma nova postura diante de um mundo sem relações sociais efetivas, tanto na comunicação como em outras áreas do conhecimento. "Um mediador-autor constrói uma narrativa contemporânea que ultrapassa a função disciplinada nas sociedades industriais e pós-industriais" (2003:76). Podemos estender seu raciocínio interdisciplinar para a área de saúde, com o rompimento de modelos pré-estabelecidos, onde o médico é tradicionalmente o dono do saber e da técnica e o paciente, um objeto de manipulação, inerte. No diálogo entre ciência e cotidiano, especialistas e leigos, despontam novas interações lógicas, inteligíveis e comprovadas pela experiência de vida:

"Retomando William James (1896), Robert Park usa os conceitos de 'conhecimento de' e 'conhecimento acerca de'. (...) O que constitui, todavia, o caráter singular do conhecimento científico, em confronto com outras formas de conhecimento, é o ser comunicável até um ponto em que não é o senso comum ou o conhecimento baseado na experiência prática e clínica. É comunicável porque seus problemas e suas soluções são apresentados não só em termos lógicos e inteligíveis, mas também em formas tais que podem ser verificados pela experiência ou pela referência à realidade empírica a que os termos se referem." (PARK, Robert apud MEDINA, Cremilda. 1988: 21)

Segundo Medina, a especialização e complexificação da comunicação e qualquer outro ramo do conhecimento não deve desestimular a interação entre produção e criação de laços pelo diálogo social. Desse diálogo, surgem símbolos comuns aos interlocutores. Medina identifica na teoria do belga Jean Lohisse a importância da comunicação coletiva e seu consequente entrelaçamento de símbolos arquetípicos (ou significados de valor universal), osmóticos (aqueles que resultam de trocas culturais) e lidertípicos (decorrentes das relações de poder). Essa complexidade dá à comunicação social um estatuto científico e empírico que transcende as máquinas de difusão da informação ou as pautas de entretenimento ou, em última instância, a acessibilidade ao contato humano.

Lohisse (1969) entende que o processo de produção simbólica se alimenta prioritariamente das forças arquetípicas, mas elas não anulam o conflito com as demais. Assim, os conteúdos provenientes do imaginário coletivo e que perpassam a humanidade sem delimitações de tempo ou espaço se defrontam com os lidertípicos, uma produção de conteúdos proveniente das instâncias de poder (econômico, político, científico etc). Historicamente se observa a possibilidade de osmose em que nem sempre as culturas mais frágeis são derrotadas, visto que a dinâmica da miscigenação surpreende desde a pré-história.

Para Cremilda Medina, deve-se acrescentar a ação do mediador-autor que supera o técnico administrador desse processo

simbólico na comunicação social. Reportar esse conflito de significados pode ser um relacionador ético, pluralista e criador nas narrativas da contemporaneidade:

“Os problemas ficam sempre nos limites da experiência de cada um e as trocas se fazem de pessoa a pessoa. (...) Os críticos não são capazes de ver que os conteúdos, aparentemente insignificantes, são capazes de assegurar a difusão de informações, de suscitar curiosidades, alargar horizontes.” (LOHISSE, Jean apud MEDINA, Cremilda. 1988: 37)

Voltando à associação com a relação médico-paciente em que, no microcosmo do consultório, da clínica ou do hospital, os desafios se assemelham ao processo simbólico coletivo: trata-se de uma fusão do imaginário e da realidade, que só o diálogo entre as esperanças de um paciente e a seriedade de um médico em conjunto pode produzir um caminho de tratamento. O compromisso entre a objetividade da ciência médica e a subjetividade da interpretação humana poderiam se manter em diálogo constante. Afinal, é difícil delimitar onde começa a ciência e onde termina o saber popular, o corpo físico e a mente, a alma e o espírito, dualidades unas que definem o ser humano e a sociedade.

São inúmeras as doenças decorrentes de atividades sociais e complicações mentais. O contrário também ocorre, quando o padecimento do corpo e a conseqüente entrega moral do homem a uma doença pode significar uma combinação fatal. Os radicais livres, por exemplo, são moléculas sem par que podem causar danos às nossas células. São, portanto, detritos dentro de nossos corpos. Na comunicação ocorre fenômeno semelhante, quando o excesso de informações que um indivíduo contemporâneo assimila, sob forma de cacoc de informação, é maior que o seu poder de compreensão. Pode-se considerar que a população que busca informações técnicas e médicas pela internet sem contexto ou mediação dos profissionais da comunicação que, por sua vez, mediam os profissionais da saúde, está se intoxicando, ainda que informacionalmente.

Não é raro que pacientes de classes sociais médias e altas cheguem às consultas com relatos do que têm, do que precisam e, na verdade, mais dúvidas e temores do que antes de pesquisarem suas doenças. Na outra ponta da sociedade, os cidadãos mais pobres, desprovidos até mesmo do médico que os possa receber, buscam na automedicação ou nos conselhos de atendentes de farmácia algo que contenha os sintomas de doenças que mal conhecem.

Nesses dois exemplos, ressalta-se o mal que pode causar a incomunicação na área médica. Seja pela avaliação estilo SUS (Sistema Único de Saúde), olhando-se o número da carteirinha em lugar do atendido, seja pelos tratamentos cibernéticos, eficientes mas frios e desprovidos de acompanhamento pessoal, o indivíduo dá pistas da substituição ou da descrença na relação paciente/médico, como se este fosse destituído do posto de mediador entre o indivíduo e a cura. Felizmente, tais métodos funcionalizados de se tratar e se comunicar não são bem-vistos por muitos médicos. Mais: eles têm consciência de que podem ser os articuladores de um processo dialógico com os pacientes, além do tradicional papel de únicos guardiões do saber médico.

Afinal, se o homem dá sentido à realidade que vive ou à História que outros viveram, quem melhor que o próprio ser humano para nomear e enfrentar sua doença, algo que muitas vezes se percebe na mais profunda intimidade individual? De quantas maneiras pode-se definir alguém doente e como essa pessoa se sente? Que processos mentais terá de desenvolver para se curar? Seguramente, não será apenas com fórmulas químicas, bases de dados e exames quantitativos. O esforço físico e mental que realizou o vice-presidente José Alencar, após 16 cirurgias até o fim de 2010, é um exemplo intrigante e estimulante da potência da integração do corpo e da mente. Segundo Cyrulnik, “cada ser humano é formado de objetos sensoriais que dependem de sua organização neurosensorial e cujo sentido varia segundo sua história pessoal” (1995). Ou seja, nosso imaginário é um texto permeado de signos socioculturais, fazendo com que interpretações sobre a doença e sua cura sejam praticamente individuais.

A percepção da doença e da cura está no indivíduo e no seu corpo. Segundo Sonia Geraldês, médica infectologista e membro da Se-

cretaria de Saúde do Distrito Federal, o comportamento individual é determinante nesse processo, gerando aspectos sociais que facilitam ou dificultam a infecção por HIV. Valores hegemônicos das comunidades e sua falta de diálogo sobre novos hábitos de relacionamento e da sexualidade podem agravar o risco dos indivíduos contraírem doenças.

Por isso, a comunicação que estimula a troca interessada entre emissor e receptor, a partir de necessidades biológicas e culturais, gera numerosas iniciativas de diálogo, possibilitando que pacientes conheçam melhor suas necessidades entre si e que os médicos, por sua vez, percebam as necessidades humanas que potencializam o risco de doenças.

A eficiência do diálogo também pode-se notar no grande número dos grupos de pesquisa entre investigadores, médicos e voluntários sobre temas de saúde pública, como foi o caso do projeto Bela Vista, do Instituto de Saúde – SES/SP, que ministrou José da Rocha Carvalheiro, médico e professor titular da USP. A pesquisa trabalhou com grupos de risco ao HIV que não se identificavam como tal, homens que não reconheciam, ao menos discursivamente, a identidade homossexual em suas práticas relacionais. A partir de grupos de diálogo, foram percebidas formas de narrativa mais inclusivas que as praticadas regularmente em consultórios e, como explicou o próprio Carvalheiro no 2º Foro Permanente de Reflexão sobre a América Latina, promoveu-se a produção compartilhada do saber, recusando-se a imagem do especialista médico como único legitimador do processo curativo.

Desde 1951, os Alcoólicos Anônimos (AA) e Familiares Anônimos (Al-anon) também praticam reuniões de diálogo social e humanizado, permeadas de informações técnicas e médicas, mas que não excluem as experiências pessoais e a importância do indivíduo no processo de cura. A identificação do problema pessoal com o dos demais membros gera conhecimento coletivo e o mais importante, a esperança de poder lutar contra a doença e superá-la, assim como outros adictos o fizeram e lá estão, no grupo de voluntários, para contar sua história. O AA e Al-anon estão em mais de cem países e, no Brasil, contam com mais de 900 grupos, todos amparados por profissionais da saúde e por uma rede de solidariedade que humaniza o drama do vício por bebida e drogas.

A valorização desses lugares sagrados, o indivíduo e o diálogo, transforma o paciente em sujeito e o médico em mentor, desfuncionando a medicina e a ciência rumo a uma relação de cuidado ao paciente, não à doença. Quem se lembra da fragilidade emocional quando se está doente pode entender a importância desse diálogo fraternal.

A contribuição dos estudos de comunicação social deve ser levada aos consultórios, assim como nos casos anteriormente citados. Sonia Geraldês desenvolveu na disciplina O Signo da Relação, cuja pesquisa é liderada por Cremilda Medina, o que não encontrara na medicina: um método de interação social transformadora para o tratamento dos pacientes HIV positivo. Carvalheiro, que participou de sua banca de mestrado, também compreende a proposta de uma comunicação para além da postura autoritária e elitista do médico.

Daí se deduz que os profissionais na área de saúde podem e devem contar com os estudos de comunicação. O signo da relação pode atualizar a divulgação científica rumo à experiência de efetiva comunicação. Em tempos de internet, com horizontes infinitos de informação, até de intervenções cirúrgicas à distância, a comunhão da medicina com a comunicação pode evitar casos como a epidemia informativa, de informes descontextualizados como o da gripe H1N1 em 2009, que geraram mais pânico que prevenção. As redes sociais e os fóruns devem ser valorizados como fonte de narrativas e subjetividades de seres humanos aos médicos. Que a medicina evolua com a tecnologia, mas que não perca o contato humano. Trata-se de se aproveitar os avanços tecnológicos do século 21, inclusive para superar a mentalidade autoritária revelada pela receita médica ilegível, ou pelo vetor da divulgação médica impositiva.

*Edson Capoano, graduado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e mestrado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Doutorando pelo Programa de Integração da América Latina Prolam-USP em Comunicação e Cultura (início em 2010). Tem especializações em jornalismo ambiental e cultura e jornalismo ibero-americano. Atualmente é professor e pesquisador da Universidade Presbiteriana Mackenzie em jornalismo internacional, segmentado, edição de texto e audiovisual. Pesquisa sobre cultura na América Latina e fenômenos de comunicação.

Referências bibliográficas

- BAITELLO JUNIOR, Norval. *A mídia antes da máquina*. JB on line, caderno Ideias, 16/10/1999.
- BYSTRINA, Ivan: "A herança do xamanismo na antiga Palestina". In www.cisc.org.br, 1995.
- CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. Palas Athena, 1988.
- CYRULNIK, Boris. *Os alimentos do afeto*. Ática, 1995.
- LLOSA, Mário Vargas. "Em defesa do romance". Ensaio, *Revista Piauí* nº37, http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao_37/artigo_1159/Em_defesa_do_romance.aspx, 2009.
- _____. *El hablador*. Santillana, 2008.
- LOHISSE, Jean. *Communication anonyme*. Paris, Presses Universitaires, 1969.
- MASSAD, Eduardo. "O toque que consola", in MEDINA, Cremilda (org.), *Sagas do Espigão, 90 anos de medicina*. Série São Paulo de Perfil 24, ECA/USP, 2002.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano*. Summus, 2003.
- _____. *Notícia: um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial*. Summus, 1988.
- _____. (org). Novo Pacto da Ciência, "A crise dos paradigmas", 1º seminário transdisciplinar - anais. São Paulo, ECA/USP, 1991.
- NEPOMUCENO, Carina e RODRIGUES, Cíntia Maria. *A cura pela palavra*. CienteFico, Ano II, Salvador, 2002.

Nada supera o abraço dos afetos

Cremilda Medina*

"(...) a pele é o maior órgão sensorial, e é pontilhada por receptores sensoriais muito específicos criados para experimentar pressão, vibração, toque suave, dor ou temperatura. Esses receptores são precisos no tipo de estimulação que percebem, de maneira que um estímulo frio só pode ser percebido por receptores sensoriais para frio, e a vibração só pode ser determinada por receptores de vibração. Devido a essa especificidade, a pele é uma superfície finamente mapeada de recepção sensorial." (TAYLOR, 2008)

Ao me valer, com recorrência de pelo menos duas décadas, da semântica de "Afeto", na relação sujeito-sujeito, sempre me remeto à ação dialógica, "estar afeto a". Assim, se um profissional da comunicação social não se sente afetado pela circunstância do Ou-

tro, como promover a interação social criadora? Já registrei a afinidade dessa experiência com a do educador-educando no processo de aprendizagem (MEDINA, 2006), em tudo semelhante ao ato comunicativo jornalista-fonte de informação-sociedade (MEDINA, 2003). Se, no caso da comunicação coletiva, pretende-se pôr em prática a dialogia, como então escapar do contato corpo a corpo?

Os estudos interdisciplinares, vocação inerente aos “vasos comunicantes” (MOLES, 1973), levam não mais à bibliografia tecnicista da entrevista como ferramenta principal do Jornalismo, mas alertam para outros aparatos de percepção do real como a observação presencial, o contato vivo que desencadeia outra dialogia que não aquela submetida ao código verbal rígido da pergunta e resposta. Mesmo considerando a tradicional entrevista como forma de coleta de informações jornalísticas, esta pode atingir um grau de dialogia, se aberta a uma vivência em que os sujeitos envolvidos no ato profissional não se enquadrem no esquema autoritário das técnicas pré-estabelecidas, mas naveguem num ato sensível em que se sintam afetos uns aos outros.

Com surpresa e encantamento, descobri o livro da neurocientista Jill Bolte Taylor, lançado nos Estados Unidos em 2006, e em português em 2008. Especialista na anatomia do cérebro humano, foi vítima de grave derrame em 1996 e experimentou, no interior do próprio cérebro, a luta pela sobrevivência cujos caminhos antes percorria teoricamente. Depois de quase uma década, eis que volta à vida plena e à ciência que lhe é cara. O livro, *A cientista que curou seu próprio cérebro* ou no título original, *My stroke of insight: a brain scientist personal journey*, expõe, numa narrativa ao mesmo tempo dramática e de rigor acadêmico, o enfrentamento com a morte ou, no melhor diagnóstico, a atrofia de sua capacidade intelectual. Há também no núcleo do relato um libelo dirigido a médicos e paramédicos, em geral, de altas competências, mas incapazes de se comunicarem afetivamente.

Segundo Jill Taylor, o hemisfério direito do cérebro é o responsável pela expressão sensível. No relato dos tratamentos de ponta a que foi submetida e que aparecem no livro à luz crítica da cientista curada, há um momento poético, transcendente às técnicas da medicina: tal qual uma semimorta, sem movimentos nem fala, só se sentiu conectada com o mundo quando sua mãe chegou ao quarto do hospital, não disse nada, deitou ao seu lado e a abraçou. Esse foi

o instante de inflexão para iniciar a batalha pela recuperação. Hoje, na ciência e na militância como anatomista do cérebro, fala do significado da pele como recepção de fina sintonia com o mundo à volta.

“O hemisfério direito complementa a ação dos centros de linguagem do hemisfério esquerdo interpretando a comunicação não verbal. O lado direito da mente avalia os sinais mais sutis de linguagem, entre eles o tom de voz, a expressão facial e a linguagem corporal. O hemisfério direito olha o grande cenário da comunicação e avalia a congruência da expressão geral. Qualquer inconsistência entre como alguém sustenta o corpo em oposição à expressão verbal, o tom de voz, a mensagem que está comunicando, pode indicar ou uma anormalidade neurológica em como essa pessoa se expressa ou pode ser um sinal revelador de que a pessoa não está dizendo a verdade.” (TAYLOR, 2008)

O curioso é descobrir confluências na pesquisa interdisciplinar. Taylor fala a seus pares, na medicina, mas aí encontro uma referência de precisão científica para os laboratórios que desenvolvo, sobretudo na Universidade de São Paulo, desde os anos 1980. Voltada inicialmente para estudantes de Jornalismo, ampliei a experiência em 1998 para outros campos de conhecimento numa disciplina nomeada “Narrativas da Contemporaneidade” (MEDINA, 2010). A inspiração já então vinha das neurociências, mas a aplicava a laboratórios de epistemologia e de dialogia social.

Nos anos 1980-90, o meio acadêmico à minha volta passava ao largo de tais referências, pois todos estavam concentrados nas novas tecnologias, no universo redentor da interatividade promovido pela telemática e, em particular, pela internet. Felizmente os grupos com quem eu trabalhava na graduação e na pós-graduação se redescobriam nos laboratórios com ênfase no hemisfério direito, e enriqueciam sobremaneira a racionalidade do hemisfério esquerdo com a sensibilidade ética, o compromisso de estar afeto ao Outro. Politicamente, a ética da solidariedade também se vocalizava nesses tempos de reconstrução democrática do País, o exercício dos afetos e afetados (GRECO, MEDINA, 1995).

Um novo pacto da ciência

O projeto de pesquisa que formou a série Novo Pacto da Ciência, reunindo seminários interdisciplinares de 1990 em diante, mostrou que os médicos apontavam e apontam até hoje, com contundência, a crise de paradigmas. Justamente o foco dos testemunhos recai na razão instrumental do “desencontro” médico-paciente, a não relação sujeito-objeto no lugar da interação social criadora sujeito-sujeito. Então, se voltar à disciplinaridade, não se trata de um problema específico das técnicas jornalísticas ou do campo denominado de comunicação social. O trânsito nos demais saberes desmonta a hierarquia dura da ciência e remete os inquietos ao questionamento das visões de mundo e às experiências do contato.

Nessa reflexão, como não voltar à constituição das disciplinas científicas no século XIX e à herança de Augusto Comte? Ainda sem ter descoberto o importante reforço da teoria de Jill Taylor, mas assessorada por outros neurocientistas, revisei o positivismo e seus antecedentes (MEDINA, 2008). Nesse sentido, um parceiro da cientista norte-americana, o português António Damásio, vai a um antecedente mais distante, Descartes. A escritura de António Damásio, baseada na neurobiologia, seduz o leitor pela simplicidade da linguagem, pela cumplicidade criada entre o mundo das ideias e o universo da experiência (relato de casos clínicos), bem como em função do respeito pela trajetória da ciência na história. Suas obras oferecem uma construção modelar do discurso científico na contemporaneidade. Assim, conquista a legitimidade epistemológica ao propor revisões quanto ao lugar da razão na inteligência humana.

Só após densos relatos de casos de pacientes afetados por lesões mentais (DAMÁSIO, 2003), se permite refletir no âmbito da esfera conceitual:

“Sugeri no início do livro [trata-se de *O erro de Descartes*] que os sentimentos exercem uma forte influência sobre a razão, que os sistemas cerebrais necessários aos primeiros se encontram enredados nos sistemas necessários à segunda e que os sistemas específicos estão interligados com os que regulam o corpo. “

A sustentação dessa hipótese neurobiológica provém da pesquisa empírica, e Damásio, na legítima humildade científica, não a fecha em tese, mas no processo contínuo do conhecimento posto à prova. Quanto a isso, Descartes não errou ao propor a dúvida como caminho para chegar à verdade. Já Damásio não se expressa por meio de verbos assertivos, prefere o modo reticente de conceituar:

“Com efeito, os sentimentos parecem depender de um delicado sistema com múltiplos componentes que é indissociável da regulação biológica; e a razão parece, na verdade, depender de sistemas cerebrais específicos, alguns dos quais processam sentimentos. Assim, pode existir um elo, em termos anatômicos e funcionais, entre razão e sentimentos e entre esses e o corpo.”

Para cientistas disciplinados na hierarquia do conhecimento (sistematizado, entre outros, por Comte), o conceito expresso por Damásio provém do status de neurocientista. No entanto, ele manifesta inquietude com o enquadramento estrito de sua pesquisa. E se questiona: “No caso de essas hipóteses virem a se confirmar, haverá implicações socioculturais para a noção de que a razão não é de modo algum pura? Creio que há e que são claramente positivas”. O esforço de compreensão do autor projeta a neurobiologia para a ambiência sociocultural, ampliando, a cada momento, o arsenal interrogativo das verdades incompletas ou passíveis de contestação.

Mas, afinal, em que reside o erro de Descartes? António Damásio, contrariando os cartesianos ortodoxos, inverte a ordem das coisas, ordem que nasce da teologia do pensador francês do século XVII: “[...] e assim resulta que nossas ideias ou noções, sendo coisas reais e provenientes de Deus em tudo que possuem de claro e distinto, só podem nisto ser verdadeiras”. Ao clássico “penso, logo existo”, decorrente do método para se aproximar da verdade divina, o cientista português do século XXI contrapõe:

“E para nós, no presente, quando vimos ao mundo e nos desenvolvemos, começamos ainda por existir e só mais tarde

pensamos. Existimos e depois pensamos e só pensamos na medida em que existimos, visto o pensamento ser, na verdade, causado por estruturas e operações do ser.”

Não são muitas as páginas em que Damásio se dedica a polemizar com Descartes, mas o capítulo que dá título ao livro sintetiza a metamorfose do conhecimento contemporâneo. A quebra dos dualismos é uma das conquistas epistemológicas:

“É esse o erro de Descartes: a separação abissal entre o corpo e a mente, entre a substância corporal, infinitamente divisível, com volume, com dimensões e com um funcionamento mecânico, de um lado, e a substância mental, indivisível, sem volume, sem dimensões e intangível de outro; a sugestão de que o raciocínio, o juízo moral e o sofrimento adviniente da dor física ou agitação emocional poderiam existir independentemente do corpo. Especificamente: a separação das operações mais refinadas da mente, para um lado, e da estrutura e funcionamento do organismo biológico, para o outro.”

Damásio percebe como curioso e paradoxal que pesquisadores em ciência cognitiva, que se julgam capazes de investigar a mente sem nenhum recurso à neurobiologia, não se enquadram como dualistas. No fundo, a herança de Descartes – muito presente em Comte, a despeito das especificidades de um e de outro – permanece no método científico e nas gramáticas das diversas áreas de conhecimento. Prossegue o autor:

“A separação cartesiana pode estar também subjacente ao modo de pensar de neurocientistas que insistem em que a mente pode ser perfeitamente explicada em termos de fenômenos cerebrais, deixando de lado o resto do organismo e o meio ambiente físico e social – e, por conseguinte, excluindo o fato de parte do próprio ambiente ser também um produto das ações do organismo.”

Voltado para a doença, a lesão cerebral, António Damásio tem um ponto de afinidade transcendente com o pensamento cartesiano.

Ambos reverenciam a ética da ciência. Para Damásio, porém, devido ao contato clínico, “a alma e o espírito, em toda a sua dignidade e dimensão humana, são estados complexos e únicos de um organismo”. O pensar imperfeito ou o falsear da verdade, cuja perfeição e precisão pertencem a Deus, na perspectiva de Descartes, transfigura-se na percepção contemporânea de Damásio: a fragilidade, a finitude e as singularidades humanas. Diante dessa contingência, o cientista não tem diante de si uma tarefa simples, nem um método absoluto de entendimento. Outra vez o neurocientista expõe a dura oficina do pesquisador:

“[...] tirar o espírito do seu pedestal em algum lugar não localizável e colocá-lo num lugar bem mais exato, preservando ao mesmo tempo sua dignidade e sua importância; reconhecer sua origem humilde e sua vulnerabilidade e ainda assim continuar a recorrer à sua orientação e conselho. Uma tarefa indispensável e difícil, sem dúvida, mas sem a qual talvez seja melhor que o erro de Descartes fique por corrigir.”

O erro por corrigir, ou as lições do método

Se o tom da escrita comtiana é seguidamente impositivo, reconhece-se nessa atitude a estirpe cartesiana. René Descartes rejeitou a classe dos doutos em sua época, isolou-se para construir “um novo edifício”. Nas palavras do *Discurso do método*, “um novo edifício necessário, construído a partir de sólidos alicerces, que seriam alcançados pela elaboração de novos princípios, primeiras proposições indubitáveis”. De posse deste novo método – e Descartes é incisivo, definitivo –, “os homens poderiam, doravante, seguir os passos seguros de uma sabedoria teórica e prática”.

Para chegar ao teto iluminado do edifício, o filósofo migra para o monastério da reflexão extraída da interioridade da consciência, “voltada apenas para si mesma, sem entraves externos e internos, nem os oriundos dos sentidos, nem os que provêm dos preconceitos”. Certo dessa estratégia de isolamento, Descartes se volta contra todo pré-conhecimento, todo pré-conceito e mergulha no pensamento puro, uma

propriedade da alma. Curioso o malabarismo mental que expressa para estabelecer princípios metodológicos que levam à aproximação da verdade, sendo que a perfeição da verdade está em Deus. Numa espécie de escuta profunda do pensamento, Descartes se mostra definitivamente confiante das regras de sintonia com a verdade absoluta, simples e precisa das coisas do mundo e das ciências do homem.

A retidão desse caminho é percorrida por meio da ferramenta mental que se disciplina em quatro regras: a primeira estipula não aceitar nada como verdadeiro sem antes ter passado pelo crivo da razão; a segunda indica a partição de tudo que aparece como complexo e exige ser dividido em tantas partes quantas for possível para resolver o problema; a terceira, da simplificação partitiva ao posterior ordenamento, para que o todo complexo não sofra desvios da verdade a alcançar; a quarta estabelece o modo infinito de revisões ou verificações das verdades científicas. Quem, nas práticas profissionais da ciência ou do conhecimento da atualidade (jornalismo), pode prescindir do método cartesiano? A razão de Descartes, embora revista na contemporaneidade, subsiste com intensidade ancestral aos princípios comtianos.

Descartes acentua, porém, a razão do indivíduo e, no organismo vivo e ambiental do indivíduo, isola a consciência. Mal disfarça o egocentrismo: “Se minha obra me agradou bastante e vos mostro aqui o modelo, nem por isso quero aconselhar que a imitem”. Ou o álibi – “aqueles a quem Deus concedeu suas melhores graças terão talvez propósitos mais elevados, mas receio que este já seja bastante ousado para muitos”. Seria arrogante se não fosse gracioso na retórica sedutora do século XVII. O fato é que, voltando ao edifício cartesiano, a ambição de separar o falso do verdadeiro na realidade rende até hoje certezas epistemológicas e a total incompreensão do processo de produção simbólica. Quem pretende ler e interpretar o real imediato, por exemplo, vale-se da máxima arrogância ao afirmar publicamente que descarta o falso para reproduzir os fatos verdadeiros. É uma caricatura da potência individual de julgar, dividir em partes o todo do acontecimento humano e depois montar uma opinião definitiva. A quarta regra, a das verificações subsequentes, fica relegada ao descarte na velocidade do tempo industrial ou do tempo digital.

Ainda que o indivíduo pensante fosse uma ilha e passasse a existir tão logo pensasse, o erro de Descartes, diagnosticado por Damásio, vem explícito no seu discurso do método, ao desqualificar os sentidos que nos levam às ilusões. Bem mais tarde, três séculos depois, mitólogos como Mircea Eliade trariam à epistemologia contemporânea o lugar e o valor das narrativas míticas na vida inteligente. Mas o edifício cartesiano faz outro ato de confissão:

“[...] compreendi assim que eu era uma substância cuja essência ou natureza consistem apenas em pensar, e que, para ser, não tem necessidade de nenhum lugar nem depende de coisa material alguma. De modo que esse eu, isto é, a alma pela qual sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo, sendo inclusive mais fácil de conhecer que ele, e, ainda que ele não existisse, ela não deixaria de ser tudo o que é.”

Daí deduz Descartes – a natureza inteligente é distinta da corporal.

Persiste na voz corrente ocidental essa percepção: inteligente é o sujeito racional, que pensa. Acordado ou dormindo, o ser cartesiano “não deve nunca se deixar persuadir senão pela evidência de nossa razão. E convém frisar que digo de nossa razão, e não de nossa imaginação nem de nossos sentidos”. Como Comte, Descartes expandiu sua imposição metodológica a todas as ciências, estava certo da universalização da crença e do método. Dos seres inanimados aos animais e, particularmente, ao homem, herdeiro único da Verdade e dos procedimentos para iluminá-la por meio da razão. Não reconheceu os limites dos doutos da época, nem tampouco os seus, e aborda coração e artérias com um entendimento mecanicista, independente da função nobre do pensar. A metáfora da fábrica – nervos e músculos do corpo humano – iria permanecer nos andaimes da modernidade. Mas chegou ao extremo na cabeça pensante de René Descartes quando julga inferiores a fome, a sede e as paixões, perante à nobreza da alma.

Provavelmente, a força motriz desse legado esteja associada à autoridade absolutista da superioridade do homem racional em relação aos homens que não pensam e, acima de tudo, aos demais seres vivos:

"[...] ao contrário, sabendo-se quanto diferem [refere-se aqui às moscas e formigas], compreende-se muito melhor as razões que provam que a nossa é de uma natureza inteiramente independente do corpo e, portanto, que não está de modo algum sujeita a morrer com ele; e, como não vemos nenhuma outra causa que a destrua, somos assim naturalmente levados a julgar que ela é imortal."

Descartes encerra o *Discurso do método* fiel ao itinerário desbravador que urdiu e ainda prometendo progressos metodológicos para a medicina – “[...] direi apenas que resolvi empregar o tempo que me resta tão-somente procurando adquirir algum conhecimento da natureza, que seja tal que dele se possam tirar regras para a medicina, mais seguras que as adotadas até o presente [...]”.

Seria essa esfera arquetípica expurgada da prática científica ou do exercício comunicacional? Como ler e transformar essa realidade sem a compreensão dos sujeitos da cidadania, cuja esfericidade inclui o desejo implícito de outra história? Persistem as utopias da ordem e progresso, dignidade e alegria, justiça e equanimidade, democracia e respeito ao meio ambiente. Na essência, são valores que se somam em todas as correntes filosóficas, nas teorias antropossociais, biológicas ou comunicacionais. As metodologias, no entanto, são passíveis de questionamento nas sucessivas crises de paradigma e de visão de mundo. Hoje, a epistemologia relacional sujeito-sujeito desconstrói a operação mental da epistemologia positivista sujeito-objeto. O método defendido por Descartes e relido por Comte exige um reexame para novas práticas do signo da relação, da intersubjetividade, da dialogia.

A prática da interação social

Nos livros mais recentes que publiquei, partilhei com os leitores – que, tenho esperança, ampliam os sentidos desta autoria –, narrativas em que o embate epistemológico aqui revisado se dá no plano da estética da ação comunicativa. Se, como percebo, a produção simbólica representa um esforço coletivo de expressar um cosmos diante do caos da realidade, as narrativas da contemporaneidade se alinham à narrativa histórica, à narrativa da ciência, das artes e das mitologias.

O jornalismo, como fenômeno social, tem sido portador da experiência de longo fôlego na arte de tecer o presente. A par de todas as regulações técnicas, éticas e estéticas, essa consagrada narrativa da contemporaneidade aflora ganhos e perdas na dialogia social. Não há gramática positiva operante que dê segurança ao ato relacional. Nem há evolução tecnológica que ofereça nos dias de hoje a interatividade democrática para todos os cidadãos. Tampouco há a necessária sensibilidade para contrapor o direito à ternura ao ódio dos assassinos. Somos humildes aprendizes do diálogo possível (MEDINA, 1986).

Em certos momentos, o profissional, mesmo sendo um experiente técnico, é posto à prova no acontecimento imediato, cujos protagonistas humanos vivem situações-limite. A consciência racional, o traquejo especializado e a persistência na ação não são as únicas ferramentas para o trabalho disciplinado. O repórter, nessas circunstâncias, precisa do silêncio subjetivo, dos sinais dos cinco sentidos e da despoluição da consciência para a escuta da intuição criadora. Daí, advêm gestos solidários que se consomem na interação social. O Eu e o Tu se encontram em dialogia.

Está em discussão neste volume a dimensão radical do contato médico-paciente, dos convívios grupais e comunicação coletiva ao lidar com o cotidiano da Aids. Estas circunstâncias trazem a primeiro plano o diálogo possível. Mas as práticas profissionais e as experiências sociais revelam, quando aprofundadas à luz das mentalidades, das concepções de mundo e dos paradigmas científicos, quão longe nos encontramos da dialogia. Em encontros inter e transdisciplinares (há vinte anos) médicos, sociólogos, biólogos, educadores, matemáticos, jornalistas, antropólogos, psicanalistas e psicólogos, todos confluem para a construção ética, técnica e estética da interação social criadora. Alguns persistem na utopia digital e delegam à Era Digital o acesso e a realização da interatividade. No tema aqui abordado, porém, os autores dos ensaios deste livro, embora reconheçam a importância das redes sociais, da aceleração do tempo e do encurtamento das distâncias, parece que continuam desafiados pela efetividade da comunicação científica e de alcance coletivo.

Sonia Geraldês, ao estudar as campanhas preventivas de Aids, passou pela esfera comunicacional em que se unem especialistas e comunicadores, mas foi desaguar nos grupos de apoio em que não há garantia de persuasão racional, mas a bem provável comunhão afetiva. A informação da doença tem sua face objetiva, mensurável e administrável na prevenção e nos tratamentos da ciência médica, mas, ao mesmo tempo, tem uma face oculta na sexualidade humana. A pretendida dialogia do discurso racional persuasivo das campanhas esbarra justamente aí. Os comunicadores, bem como os médicos sanitaristas e os políticos de saúde pública acreditam em Descartes e na hierarquia do saber que o positivismo reforçou no século XIX. Ou então, numa atualização fascinada, transferem para as máquinas da Era Digital os dados e a opinião doutra para lograr a comunicação social.

Grandezas e limitações da relação digital

A relação viva e presencial é, em tudo, semelhante à que meus professores de didática propunham no curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1963. O diálogo de mútua revelação educador-educando se constrói no corpo a corpo; a comunhão poética artista e fruidor se faz na leitura; a comunicação entre os diferentes se processa por meio das mediações jornalísticas; o ato da escuta da dor acontece na relação médico-paciente. Em todas essas situações, há o encontro dos afetos: só quando se está "afeto a" ocorre o ato educativo, o ato poético, o ato comunicacional ou ato médico. Por sua vez, resultam em narrativas dialógicas de sala de aula, de arte, de textos (*lato senso*) da comunicação social ou do consultório, do hospital, da clínica na medicina.

Será possível prescindir do diálogo possível, da sintonia dos silêncios, dos gestos, do despertar do interesse pelo outro por sinais sutis do corpo: o brilho úmido da pupila, o olfato ou a partilha do café e do pão de queijo? A aceleração digital afogará as percepções da cena viva?

Em 2006, uma estudante da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre me solicitou

que discutisse a entrevista por e-mail numa publicação experimental (eletrônica) do curso de Jornalismo. A revista *Experiência*, publicada em julho daquele ano, traz o resultado da pauta de Bárbara Chanin, sob o título "Monólogo virtual". A síntese, como manda o figurino dos títulos na imprensa, revela também o conteúdo nuclear da breve análise sobre a entrevista por meio da internet.

Bárbara baseia-se no princípio de que a técnica "é ferramenta essencial do jornalismo". Mas, como perspicaz estudiosa, a jovem estudante avança para além do currículo formal e busca compreender o diálogo social, que transcende a eficiência das perguntas e respostas colhidas com as fontes de informação. Assim, conhecendo meu livro – *Entrevista, o diálogo possível* –, questionou-me sobre as virtualidades da mídia digital para levar a efeito essa interação dialógica. Não se tratava de um texto de análise em suportes tradicionais, mas no próprio universo digital. Assim, me enviou por correspondência eletrônica as perguntas, e enviei as respostas para seu endereço.

Na internet, o jornalista contemporâneo encontra inúmeras e ainda não exploradas possibilidades de captar informações e criar links de aprofundamento dos conteúdos da contemporaneidade. A mediação jornalística (autoral), no entanto, não foi e provavelmente não será desqualificada, porque permanece necessária para articular os sentidos atribuídos à realidade que nos cerca. A produção simbólica – e aí reside o fundamento epistemológico do jornalismo – exige a presença da inteligência natural, o repórter-editor, para operar máquinas e tecnologias. As competências da inteligência artificial, cada vez mais veloz e complexa, não dispensam a mediação humana no processo em que se significam os dados objetivos pesquisados, os comportamentos socioculturais de onde emergem esses dados, o protagonismo dos sujeitos envolvidos nos acontecimentos e os diagnósticos e prognósticos dos especialistas que estudam as tendências históricas do presente.

O labirinto real, referência intransferível do jornalismo, não se esgota na entrevista como técnica tradicional ou, atualmente, como técnica digital. A estudante da PUC faz a pergunta: quais as maiores dificuldades de fazer uma entrevista por e-mail? Ao que de pronto (como manda a internet), respondo: a entrevista inter-

náutica se além a ideias ou conceitos, não capta ambientes, cheiros, cores, gestos, paladares. O meio não permite que se vá adiante nessa resposta, como, aliás, em qualquer outra apressada captação, por exemplo, por telefone. Mas em outro livro, perdoem a autorreferência, mostro na prática e exponho na reflexão teórica as várias ferramentas da arte de tecer o presente.

Assim, os alunos de Comunicação Social ou os alunos de pós-graduação de vários campos do conhecimento experimentam, nas narrativas da contemporaneidade ou na pesquisa empírica, a observação-experiência, ferramenta que amplia a técnica burocrática da coleta de informações e dá margem à autoria solidária, rigorosa e criativa. No contexto da experiência do mundo vivo – verdadeiro cenário do repórter e do pesquisador –, a coleta de depoimentos, a leitura cultural e a busca de informações históricas e específicas da atualidade em muito ultrapassam os limites da entrevista. *A arte de tecer o presente* aponta, portanto, para a múltipla capacidade de produzir significados: em síntese, resgata o protagonismo, expande-se na contextualização sociocultural, pesquisa as raízes históricas e promove a escuta de especialistas sobre o tema da pauta.

Nesse processo de trabalho, como diria a neurocientista Jill Taylor em outras palavras, o aparato de percepção e observação do produtor de sentidos é responsável pela ação criativa e transformadora da comunicação social. Quando falo dos cinco sentidos, perceber o real pela escuta, pelo tato, pelo paladar, pela visão e pelo olfato, me reporto ao psicanalista colombiano Luis Carlos Restrepo (*O direito à ternura*), que expõe o contundente diagnóstico do analfabetismo afetivo das vivências profissionais ou existenciais. Sem o exercício pleno da inteligência humana, como adverte o neurocientista António Damásio (*O erro de Descartes*), não se concretiza o diálogo possível. O psicanalista brasileiro Henrique Del Nero (falecido precocemente em 2008), no livro *O sítio da mente, pensamento, emoção e vontade no cérebro humano*, destaca a qualidade ética do exercício da inteligência natural.

Ora, como respondia à Bárbara, a entrevista internáutica se além a ideias e conceitos, não capta ambientes, cheiros, cores, gestos, paladares. A entrevistadora pergunta, precisamente, qual a diferença quan-

do a entrevista é feita pessoalmente. Insisto: a entrevista, ou melhor, o diálogo possível ao vivo é insubstituível. O que está presentificado e presenciado vai muito além do código linguístico. Prova disso: a força da palavra poética só emerge de um diálogo imprevisível no corpo a corpo. Essa resposta, no contexto dos laboratórios que desenvolvo na universidade, merece citações antológicas, pois a descoberta da palavra interativa na poética relação Eu-Tu (lembrando Martin Buber na obra *Do diálogo ao dialógico*) atinge atos culminantes de aprendizagem. A passagem do comportamento mecânico ou estereotipado nas regras de eficiência industrial, e agora na velocidade pós-industrial, para uma oficina de sensibilidade criativa ocorre numa verdadeira epifania didática. Nessa circunstância da oficina autoral até mesmo se recupera o desenho da caligrafia, o prazer epistolar do diálogo humano. A entrevista pré-pautada em qualquer suporte tecnológico fica menor diante de formas vivas da interação social criadora.

Não se pretende aqui desqualificar a entrevista como ferramenta jornalística, mas discutir suas fragilidades quando apresentada como a coluna vertebral das narrativas da contemporaneidade. Na rápida entrevista por e-mail para a jovem gaúcha, faço certa caricatura: nem bem se aprendeu a entrevista – vivemos da técnica de trabalho do investigador policial – e já estamos usando a forma da internet. É preciso começar do começo. Digo caricatura sem desmerecer aqueles profissionais que criam todo o ambiente para o diálogo possível. No entanto, na generalidade das situações, a fórmula Pergunta-Resposta (PR) se repete à exaustão e pretende, por meio das declarações entre aspas nas mídias impressas ou enunciadas ao microfone nas mídias eletrônicas, atribuir significados aos acontecimentos contemporâneos.

A entrevista que se move exclusivamente no mundo dos conceitos e das ideias tem sua validade inquestionável (inclusive por e-mail, se o entrevistado aceitar o jogo) no universo auxiliar de diagnósticos e prognósticos sobre um tema da atualidade política, econômica, ou uma avaliação científica sobre determinado fenômeno ou comportamento. Alguns cientistas respondem sobre suas pesquisas, políticos respondem dentro de seu âmbito ideológico, economistas falam dos dados e tendências macro e microsociais, analistas conceituam o esporte, a moda, a violência urbana, filósofos se movem no mundo da abstração, críticos

judgam as manifestações artísticas. Todos utilizam o código linguístico para se expressar, ou seja, os autores se valem de frases conceituais que provêm do mundo das ideias. A retórica aristotélica ou a análise cartesiana afloram no discurso que desenvolve argumentação racionalista; informações de base numérica ou referências específicas à realidade material exigem também um discurso classificatório, hierárquico, preciso – o que atesta a sólida herança comtiana.

Já a reportagem, na sua estilística interpretativa, articula essas entrevistas conceituais com o protagonismo e contexto sociocultural numa narrativa autoral que põe em movimento a aventura humana. O resgate da cena viva exige a criação de um narrador que dramatiza o que se passa à sua volta. Para isso, o autor da narrativa é um ser aberto aos demais códigos da experiência social que observa. Como eliminar o trânsito pelo mundo natural e substituí-lo exclusivamente pela mediação digital? Até mesmo a busca de informações nos registros, na bibliografia e nos acervos de memória coletiva ou bancos de dados, não esgota a amplitude informativa e, acima de tudo, o inusitado que a interlocução corpo a corpo oferece. O encontro e as respectivas trocas interativas estão longe de se assemelharem a declarações entre aspas ou, o que é mais grave, à transcrição de informações sem aspas, retiradas da bibliografia sem o mínimo respeito aos direitos autorais.

Tudo isso escapa à ligeireza da entrevista por e-mail, daí o sábio experimento da estudante da PUC de Porto Alegre. Ela reconhece que a mídia digital serve mais ao monólogo virtual do que à dialogia presencial. Nos currículos tradicionais, ao se fragmentar a técnica da entrevista, além de outras técnicas, aliena-se a essência da comunicação social. A crise do paradigma tecnicista – em todos os campos de conhecimento – mostra a ruptura com a fragmentação e o reencontro com laços mais abrangentes, laboratório necessário ao aperfeiçoamento profissional. Estão na berlinda, inclusive, os departamentos dos cursos universitários. Que falar então da setorização temática ou das técnicas operacionais. O eixo na formação de um comunicador se desloca então para visão de mundo, descoberta e compreensão do que se passa à volta e relação com o Outro.

O que chamo de signo da relação vem substituir o signo da divulgação. Na prática democrática da comunicação social, não se

trata de ampla difusão unidirecional dos significados da contemporaneidade, mas das trocas simbólicas de saberes plurais que sempre estão em conflito. O direito social à informação envolve no mesmo processo a demanda e a oferta simbólica. Para fazer circular as narrativas da contemporaneidade precisamos, sim, de máquinas complexas e velozes, mas, mais ainda, de inteligências autorais que refundem um cosmo, interpretando o caos da realidade. Esta, um labirinto de bens materiais, bens naturais e bens culturais para administrar ou renovar e transformar em narrativas polissêmicas e polifônicas.

Os laboratórios de dialogia na escola formal ou na educação permanente abrem perspectivas de estudo que atravessam a ética, a técnica e a estética. Mas, diga-se de passagem, essa linha de pesquisa vem impregnada de diálogos interdisciplinares, de inquietudes transdisciplinares. Daí a importância dos encontros, seminários, painéis que o Projeto Plural e a Crise de Paradigmas (por mim coordenado na Universidade de São Paulo, a partir de 1990) proporcionaram. Nessa experimentação quase tribal, embora descentralizada em eventos regionais e internacionais, acontece o milagre da dialogia. Ao perceberem impasses comuns, os especialistas de várias áreas de conhecimento, artistas e filósofos, se dão as mãos e tecem pautas comuns – transdisciplinares. Um legítimo exemplo do signo da relação, que passa pela esfera analítica do código linguístico, mas transcende a ação argumentativa e culmina numa aceitação dos diferentes. Ou melhor, o difícil convívio interdisciplinar preenche os quesitos necessários à partilha dos desafios transdisciplinares. Ao contrário, a defesa conceitual das especialidades tende a uma Babel competitiva. O diálogo e a interação inter e transdisciplinar só emerge pela simpatia dos afetos, olho no olho, na proximidade humana. Quando o grupo de díspares disciplinados flagra as contradições comportamentais da competição acadêmica e reconhece a visão de mundo perturbada diante dos espantos da contemporaneidade, fala mais alto o ato solidário, o laço das angústias dos diferentes.

Nesses encontros, há a acrescentar outra presença – a do artista. Os cientistas não o rejeitam: afinal, arte e ciência se enamoram seguidamente, que o digam os físicos. Indisciplinado por natureza,

o artista eleva o tônus do cientista, facilita a negociação simbólica. Nada como a poética para transcender os limites da racionalidade positiva. A dúvida cartesiana do debate científico se permite viajar no voo onírico da linguagem mítica. Será possível esse encantamento mediado pela frieza das máquinas?

O jornalista, o comunicador como agente cultural, ocupa um lugar privilegiado na sociedade – não pode se contentar em exercer a função administrativa dos sentidos já estabelecidos em qualquer instância de poder. Para renovar e criar uma narrativa rigorosa, sutil e solidária, tanto os diversos produtores do saber científico quanto aquele que rege e articula a interpretação da contemporaneidade carecem do contato e do movimento: o corpo por inteiro abre a sensibilidade para a intuição criadora que, por sua vez, mobiliza a razão complexa para uma intervenção transformadora. E esse protagonismo humano a máquina ainda não superou.

Quando se trabalha com a dialogia dos afetos, o protagonismo não se circunscreve nem a dados estatísticos nem a declarações formatadas ou livre exercício das opiniões. No começo da cobertura jornalística de Aids, trabalhava em um grande jornal e presenciei atônita o comando de um editor para uma jovem estagiária: “Vá ao hospital e traga um depoimento de um doente terminal de Aids”. Vivia-se a era dos medos e dos contágios, não se sabia praticamente de nada da doença em 1983, imagine-se então o estado dessa aprendiz ao ser forçada a invadir um quarto de hospital (quem sabe o editor estava maquinando mandar a foca para uma UTI) e extrair a fórceps uma fala (fala?) do paciente condenado. A menina estava prestes a chorar, quando interferi e propus de abandonar minha cadeira de poder como editora e repórter especial para dar conta desse recado produtivista e insensível de meu colega de redação. Resultado: procurei uma das primeiras psicólogas que estavam acompanhando doentes terminais, Ana Maria Barbosa, que me passou uma história de vida que intitulei “A morte no espelho”.

No dia seguinte a narrativa, que saíra com destaque na última página do jornal, foi elogiada acima de tudo pelo título, o que me espantou, por não representar o estilo objetivista infor-

mativo. Mas o editor que apavorara a estagiária na véspera não comentou nada, nem tampouco reclamou que eu não extraísse declarações de um terminal na UTI. Daí em diante fui guindada a “setorista” do tema e passei a cobrir rápida expansão da informação sobre a doença. Outro incidente vem agora à memória, passados 27 anos. Ao organizar o primeiro seminário sobre Aids na imprensa nacional, no mesmo jornal, constatee a hierarquia positivista no âmbito da medicina e saúde pública: a força da palavra estava com os médicos infectologistas que se sobrepuñam aos enfermeiros, que deixavam transparecer um certo menosprezo pelos psicólogos e não ouviam com muita atenção os representantes dos grupos de apoio.

Nem é preciso reiterar o fato de que aqueles que viviam a circunstância dolorosa do contato e acompanhamento ficavam, nessa hierarquia, em um plano de inferioridade perante aos senhores doutores. Logo, porém, as narrativas jornalísticas que ampliavam as declarações médicas nas reportagens dramáticas da luta com a morte e com o preconceito, o acesso aos tratamentos, da medicação e dos empenhos na prevenção, revelariam uma geração de médicos infectologistas sem qualquer arrogância. Quanto aos jornalistas, há, sim, muito a aprender na dialogia da saúde e da doença, mas atenuaram-se o medo e o preconceito quando o abraço dos afetos se desloca para a rota da esperança.

*Cremilda Medina

Referências bibliográficas

Breve comentário

BUBER, Martin. *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982. Filósofo, o autor discute o diálogo na sua plenitude ontológica. Sem remeter a teoria para um plano metafísico, Buber insiste na prática dialógica do Eu-Tu nos limites da experiência possível. Embora de correntes de pensamento diferentes, há

um ponto de encontro, no campo da dialogia, com a concepção de Mikhail Bakhtin, em especial na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (São Paulo, Hucitec, 1977).

COMTE, Auguste. *Discurso sobre el espíritu positivo*. Tradução e prólogo de Julián Marías. Madri: Alianza Editorial, 2000.

A publicação do texto de Auguste Comte de 1844 oferece o núcleo filosófico do autor, referência epistemológica do positivismo. Desde a primeira edição espanhola, de 1934, até a edição de 2000, a cuja versão e prólogo de Julián Marías dão valor a essa referência histórica no universo da política, da filosofia, da educação e da metodologia científica, é recorrente o significado da obra para os que enfrentam as incertezas da visão de mundo contemporânea. Também para os que estudam o jornalismo e as demais narrativas da comunicação social, a visita aos alicerces comtianos elucida a origem de muitos princípios das gramáticas profissionais.

DAMÁSIO, António. *O erro de Descartes – Emoção, razão e cérebro humano*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

Entre as obras do neurocientista português radicado nos Estados Unidos, esse título oferece um relato vivo e comunicativo do processo de pesquisa biológico. Damásio traça um panorama da aventura científica no desbravamento das neurociências, elucida o percurso com casos clínicos históricos e expõe sua interpretação da complexa rede neural que rege a inteligência humana. Sem autoritarismo biológico, o autor abre espaço também para a experiência cultural, embora delegue tais estudos às ciências sociais e à arte. O curioso capítulo que dá o título à obra se permite contestar a dicotomia corpo e alma. É um convite sedutor para voltar ao filósofo francês.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução de Paulo Neves e introdução de Denis Lerrer Rosenfield. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2005 [reimpressão de 2008].

A introdução de Denis Lerrer Rosenfield, filósofo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ressalta a importância da obra de Descartes (1596-1650) no contexto da ciência ocidental. A ambição de legar um método para o exercício da razão não se circunscreveu ao seu tempo. O percurso metodológico das ciências e a definição de princípios técnicos no jornalismo revelam a persistência da filosofia de Descartes. Assim como o adjetivo positivista, o adjetivo cartesiano é citado com sentido pejorativo em

frases feitas com muita ligeireza. Torna-se, pois, oportuno para o estudioso retornar ao texto original para examinar o que se pode contestar nessa herança.

ELIADE, Mircea. *Imágenes y símbolos*. Madri: Taurus, 1983.

Na farta obra do mitólogo, elege-se esse livro em que o autor discute a produção simbólica humana e o significado histórico-social da narrativa. Ao pesquisar o sagrado e o profano (outro título clássico de Eliade), traz à pauta contemporânea a força da linguagem mítica que se atualiza constantemente na História. A vida contemporânea, como a vida dos nossos ancestrais, se alimenta do simbolismo coletivo que recupera significados profundos e necessários ao enfrentamento das adversidades.

DEL NERO, Henrique Schützer. *O sítio da mente – Pensamento, emoção e vontade no cérebro humano*. 5. ed. São Paulo: Collegium Cognitio, 2002.

Os estudos da mente humana têm, no médico psiquiatra Henrique Del Nero, uma contribuição original. O autor explora as correntes contemporâneas da pesquisa de cérebro exaustivamente e dá ênfase à decisão ética da inteligência humana. Para além do conhecimento científico aplicável no consultório médico diante dos pacientes que o procuram, sua teoria se detém no domínio da educação para uma cidadania responsável. O sítio da mente é o lugar da solidariedade e da poética da vida.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa I e II*. Madri: Taurus, 1987.

Na obra de referência da teoria do sociólogo alemão, os dois subtítulos dos dois tomos abordam desde a racionalidade da ação e racionalização social à crítica da razão funcionalista. Trata-se de uma ampla revisão das correntes sociológicas que só a erudição rigorosa do autor é capaz de mapear. Para os estudiosos da comunicação social, destaca-se, porém, a última parte do segundo tomo, quando Habermas propõe a pragmática da teoria crítica da sociedade, na forma de “tarefas”. Nesse momento, invoca o papel dos meios de comunicação, cuja ênfase se concentra na ação comunicativa verbal.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

Nessa obra clássica, o autor aborda a evolução do conhecimento científico. Para ele, o progresso não se dá pelo acúmulo gradativo, mas por rupturas, denominadas revoluções científicas. O saber consagrado em um paradigma se abala, obrigando os praticantes da chamada ciência normal a se reformular teórica e metodologicamente. Kuhn menciona também o papel dos fatores exteriores à ciência na erupção dos momentos de crise de paradigma e transformação do pensamento científico e prática correspondente.

KUNSCH, Dimas Antônio. *Maus pensamentos – Os mistérios do mundo e a reportagem jornalística*. São Paulo, Annablume, 2000.

O autor analisa, da perspectiva filosófica e comunicacional, a herança autoritária dos espaços de imprensa em que a opinião conceitual ou os juízos de valor prevalecem sobre a narrativa dos acontecimentos sociais. Essa que foi sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade de São Paulo em 1999, introduz uma corrente de pensamento que vai culminar em seu doutorado, defendido na mesma universidade em 2004. Com base na cobertura das guerras do Iraque nas revistas brasileiras de grande circulação, Kunsch defende uma aproximação compreensiva no lugar do “eixo da incompreensão” que detecta nas mentalidades jornalísticas.

MEDINA, Cremilda. *Ciência e Jornalismo, da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo, Summus Editorial, 2008.

_____. *O signo da relação – Comunicação e pedagogia dos afetos*. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. *A arte de tecer o presente – Narrativa e cotidiano*. São Paulo: Summus, 2003.

_____. *Povo e personagem*. Canoas: Editora da Ulbra, 1996.

_____. *Entrevista – O diálogo possível*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2008.

Nesses livros, no conjunto de sua obra, a autora reflete o percurso de sua pesquisa cujo principal eixo é a linguagem dialógica na comunicação coletiva. As mediações sociais que criam a rede democrática da cidadania, o signo da relação, se consomem numa arte de tecer o presente, cuja narrativa cria o laço entre povo e personagem, numa autoria comunicativa capaz de construir o diálogo possível. A escrita de Cremilda Medina une, em todos os seus livros, a teoria à prática, característica que se faz presente em reflexões e narrativas vivas em que experimenta a visão de mundo proposta na teoria dialógica.

MEDINA, Cremilda (org.). Série Novo Pacto da Ciência, nove volumes: *Primeiro Seminário Inter e Transdisciplinar – Novo pacto da ciência*. São Paulo: ECA/USP, 1992; *Hemisfério sol*. São Paulo: ECA/USP/CNPq, 1993; *Saber plural*. São Paulo: ECA/USP/CNPq, 1994; *Sobre vivências no mundo do trabalho*. São Paulo: ECA/USP/CNPq, 1995; *Agonia do Leviatã – A crise do Estado Nacional*. São Paulo: ECA/USP, 1996; *Planeta inquieto – Direito ao século XXI*. São Paulo: ECA/USP, 1997; *Caminhos do saber plural – Dez anos de trajetória*. São Paulo: ECA/USP, 1999; *Ciência e sociedade – Mediações jornalísticas*. São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social/Estação Ciência da Universidade de São Paulo, 2005; *Diálogo Portugal-Brasil – Século XXI: novas realidades, novos paradigmas*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008. *Energia, Meio Ambiente e Comunicação Social*, São Paulo/Porto, Portugal, Faculdade Cásper Líbero e Universidade Fernando Pessoa, 2009. *Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades latino americanas*, São Paulo, Memorial da América Latina, 2010.

Em um percurso de dezoito anos, a organizadora contou nos volumes 2 a 7 da Série Novo Pacto da Ciência com o sociólogo co-organizador Milton Greco. Este e outros colaboradores das diferentes áreas de conhecimento têm se reunido para trocar experiências e registrar ensaios que discutem temas emergentes da ciência, da epistemologia e da sociedade contemporâneas. Embora a primeira sede tenha sido a disciplina de pós-graduação oferecida por Cremilda Medina na USP, “O projeto plural e a crise de paradigmas” que ela idealizou no âmbito de sua pesquisa – O Diálogo Social –, os encontros inter e transdisciplinares têm se realizado em várias universidades brasileiras, bem como na Universidade Fernando Pessoa, da cidade do Porto, em Portugal.

MEDINA, Cremilda. *Quem tem medo da interdisciplinaridade?* In AQUINO, Victor (organizdor). *A USP e a invenção da propaganda 40 anos depois*, São Paulo, Fundac, 2010.

Neste ensaio a autora relata a experiência interdisciplinar voltada para a graduação na Universidade de São Paulo em um espaço criado na Escola de Comunicações e Artes, em 1998, denominado Fórum Permanente Interdisciplinar, que reunia disciplinas optativas, projetos de pesquisa, seminários e leituras acompanhadas.

MERTON, Robert K. *Sociologia – Teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970. Legado imprescindível na teoria sociológica, a obra de Merton de 758 páginas

mapeia a pesquisa e a metodologia das ciências sociais no século XX. Sem preconceitos de escola fechada, o pensador supera os limites do estrutural-funcionalismo e compara, até com bom humor, a herança européia com a norte-americana. No capítulo específico sobre sociologia do conhecimento e as comunicações de massa (terceira parte da obra), propõe uma complementaridade das metodologias muito inspiradora para os pesquisadores contemporâneos que possam sofrer a tentação de se filiar estritamente à tradição européia ou à anglo-saxônica.

MOLES, Abraham e outros. *Civilização industrial e cultura de massas*. Petrópolis, Vozes, 1973.

Em um dos ensaios desta obra, o autor conceitua a ação do comunicador nas sociedades modernas como um “vaso comunicante” em meio à complexidade e à fragmentação urbana e industrial.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Em meio às várias obras de Morin, esse título publicado na França no final do século XX e traduzido no Brasil no início do século XXI traz uma síntese epistemológica da teoria da complexidade que o autor tem defendido há décadas. A articulação da “cabeça bem-feita” é, para ele, uma prática laboratorial que se impõe no processo educacional. A cultura humanística e a cultura das ciências duras se unem em um ecossistema mental capaz de operar com incertezas no aprendizado da cidadania.

PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. São Paulo: Edipro, 1996.

A leitura dos pensamentos de Pascal (1623-1662) reforça o diálogo dos diferentes, quando se coteja, no mesmo cenário histórico e geopolítico, este filósofo com Descartes e se examinam os conflitos epistemológicos da racionalidade com a emoção intuitiva nos autores contemporâneos. Na diáspora de Pensées, o ensaísta transita dos abismos interrogativos da experiência humana para a transcendência, o que lhe dá a liberdade de afirmar: “O coração tem suas razões, que a razão não conhece (...)”. Curioso notar – e isso vale tanto para o cotidiano como para o jornalismo – que Pascal não se descola da ação transformadora e postula a presentificação do gesto humano.

RESTREPO, Luis Carlos. *O direito à ternura*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Psicanalista colombiano, autor de várias obras, Restrepo é conhecido no Brasil por esse livro que faz uma revisão epistemológica do que ele chama de analfabetismo afetivo. Segundo sua teoria, as culturas ocidentais acentuaram a atrofia dos sentidos – sobretudo o tato, o paladar e o olfato –, o que impede o contato e as relações humanas. Esta perspectiva se aplica a todos no cotidiano, aos cientistas na pesquisa de campo e, em particular, tem um especial interesse para os jornalistas. Ao transitarem no mundo cotidiano, estes necessitam de uma percepção que vá além do exercício limitado de sua rotina: olhar o que se quer olhar e colher declarações entre aspas.

WEBER, Renée. *Diálogos com cientistas e sábios*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

De 1986 (data da publicação original nos Estados Unidos), o livro reúne um conjunto de entrevistas realizadas pela filósofa, também formada nas ciências da natureza. Renée Weber foi ao encontro dos cientistas e pensadores que, no século XX, reunificaram o que o cientificismo do século XIX fragmentara. David Bohm, Dalai Lama, Ilya Prigogine, Stephen Hawking e padre Bede Griffiths comparecem ao diálogo provocativo da autora para expor sua visão de mundo inserida no saber científico ou no saber metafísico. Os principais problemas da partição do conhecimento, do divórcio entre o homem e a natureza, a matéria sutil e densa como sujeito de pesquisa, a criatividade e a busca da unidade são temas que percorrem este texto de dialogia presencial.

SIEGEL, Lee. *Against the machine – Being human in the age of the electronic mob*. Nova York: Spiegel & Grau, 2008.

Entre as vozes críticas que estão surgindo diante das mídias eletrônicas, em particular a internet, neste livro o pesquisador norte-americano Lee Siegel ousa se colocar contra as máquinas e defende a presença humana no diálogo corpo a corpo. Não destrói por destruir o comportamento neopático que delega a interatividade para o espaço mediado pelas infovias, mas resgata o contato direto do ser humano com o mundo vivo. Ir à rua ou ao centro da cidade, para usar a velha metáfora urbana, oferece a oportunidade insubstituível da viagem participativa na cultura. *O homo interneticus* constitui uma realidade irreversível, mas se levada ao absoluto acentua a solidão humana e o individualismo.

TAYLOR, Jill Bolte. *A cientista que curou o próprio cérebro*. Rio, Ediouro, 2008. Nesta obra, a neurocientista norte-americana relata um derrame que sofreu e a superação da doença em longos anos de luta. O fato surpreendente é o de se tratar de uma especialista na anatomia do cérebro humano que praticamente acompanha a evolução da doença sem poder se mover e se expressar. A reflexão que extrai dessa experiência vale para o aprendizado da condição humana, das relações com médicos e pára-médicos e para qualquer indivíduo que queira valorizar a sensibilidade solidária, segundo a cientista, comandada pelo hemisfério direito do cérebro.

Título Aids - na rota da esperança
Organizadora Cremilda Medina
Editora Executiva Leonor Amarante
Editora Adjunta Ana Candida Vespucci
Assistente de redação Márcia Ferraz
Diagramação - Estagiário Felipe de Paula Lopes
Revisão - Estagiário Adriano Takeshi Miyasato
Formato 16 x 23 cm
Tipologia Caslon Pro
Papel 90g/m² Offset
Número de páginas **108**
Tiragem 600
CTP, impressão e acabamento Imprensa Oficial do Estado de São Paulo



www.memorial.sp.gov.br



FUNDAÇÃO
MEMORIAL



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Câtedra UNESCO
Memória da América Latina



UNICAMP

SECRETARIA DE
ESTADO DA CULTURA



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO